

31 de Agosto 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 274
Director-Geral
Evaristo Mulaza



BANCA

SIC investiga ataques informáticos ao BPC

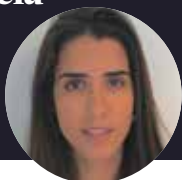
CRIME. O Serviço de Investigação Criminal confirmou ao *Valor Económico* que decorre uma investigação para apurar e compreender os “meandros” dos ataques informáticos ao maior banco público. Pág. 15

OPINIÃO

Ana Azevedo Branco, Manager EY,
Assurance Financial Services

Colaterais hipotecários – A importância na gestão de risco

Pág. 21



AUTORIZADA PELO PR

Carrinho volta a beneficiar de garantia soberana

Pág. 14

RELATÓRIO DO BNA

Dívida externa bruta passa para 68.003,6 milhões USD

Pág. 11

PREVISÕES DO CEIC

Economia a caminho da sexta recessão

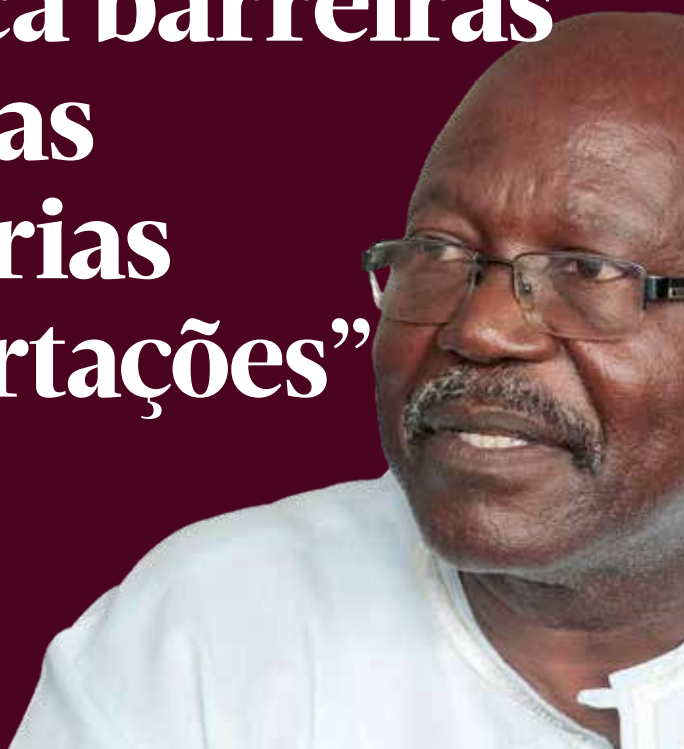
ANÁLISE. Não é em 2021 que a economia nacional vai interromper o ciclo de crescimento negativo que já se arrasta desde 2016. Pelo menos, são as perspectivas que o Centro de Estudos e Investigação Científica (Ceic) da Universidade Católica inscreve no seu Relatório Económico 2019/2020. O Ceic estima um crescimento de -1,98%, contrariando as projecções mais optimistas do Governo (00%), do FMI (0,4%) e do Banco Mundial (0,9%). Pág. 10



LUKONDE LUANSI, ESPECIALISTA EM COMÉRCIO

“Angola é dos poucos países do mundo que coloca barreiras às suas próprias exportações”

Págs. 4 a 8



Editorial

GOVERNAR ÀS TRÊS PANCADAS

Tenhamos em atenção os três episódios que se seguem.

Primeiro episódio. Na terceira semana do mês passado, o ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social garantiu, perante os deputados, que as televisões suspensas por alegadas transgressões administrativas estavam a tratar da sua regularização para restabelecerem as respectivas emissões. Manuel Homem não se comprometeu com prazos, mas deixou a expectativa de que se tratava de qualquer coisa para breve, ao especificar nomeadamente que estavam em causa ajustes administrativos para as televisões voltarem a emitir com normalidade. Um mês e uma semana depois, Nuno Caldas Albino, o secretário de Estado da Comunicação Social, é citado no 'Novo Jornal' praticamente a distanciar-se do seu ministro. Nas palavras do secretário de Estado, o regresso da Zap Viva, da TV Record e da Vida TV não está para breve, porque, entre outras razões, "a criação de um canal de televisão obedece a um conjunto de regras, inclusive a sua aprovação final". E, segundo Caldas Albino, "a nossa lei estabelece a sua aprovação em sede do Conselho do Ministros". Ora, entre

os 92 artigos que compõem a Lei n.º 3/17, de 23 de Janeiro, a Lei sobre o Exercício da Actividade da Televisão, não há um único que atribua competências ao Conselho de Ministros em matéria de autorizações e licenciamentos a órgãos de comunicação social, muito menos a televisões. Pode dizer-se o mesmo em relação à Lei n.º 1/17, de 23 de Janeiro, a Lei de Imprensa, que funciona como uma espécie de lei de bases. Nessa Lei, em igualmente 92 artigos, não há uma única menção de competências conferidas ao Conselho de Ministros para autorizar operadores de televisão.

Segundo episódio. Os membros do Governo que se desdobram a apresentar a proposta da nova Divisão Política Administrativa exibem, com um dos argumentos de fundo, o combate às assimetrias regionais e a consequente promoção do desenvolvimento. Não somos o primeiro a afirmá-lo, mas vale a pena reforçar que qualquer indivíduo mentalmente saudável sabe que a dimensão territorial das províncias não consta dos problemas centrais que têm emperrado o desenvolvimento do país. Tanto é assim que os próprios proponentes da ideia sabem que o Bengo, quase 15 vezes mais pequeno que o Moxico, com apenas seis municípios e à porta de Luanda, não apresenta nada que o diferencie

substancialmente de Malanje. Pela mesma lógica, os proponentes da nova divisão do país não saberão explicar a razão por que o Cunene, o Bié e o Namibe, que são muito maiores que o Uíge, onde há menos densidade populacional que o Uíge e onde reina a mesma miséria que no Uíge, não vão passar pela faca.

Terceiro episódio. Na sua recente visita às obras da futura sede da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o Presidente da República garantiu que as eleições vão mesmo ocorrer em 2022. E, para assegurar que falava a verdade, argumentou que não fazia sentido erguer uma estrutura como aquela que será a CNE, se as eleições não fossem acontecer. Provavelmente, de forma despercebida, o Presidente estabeleceu uma relação causa-efeito entre a construção da futura sede da CNE e a realização das eleições do próximo ano. Como se aquela estrutura estivesse a ser levantada exclusivamente para as eleições de 2022.

Três episódios aparentemente desligados, mas que revelam um drama comum: a inevitabilidade das contradições e a impossibilidade de se arranjam argumentos racionais, quando se tomam decisões infundadas; quando se gere o país como a extensão do quintal da própria casa, e quando se inventam projectos de dimensão estrutural às três pancadas.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



SAMUEL MUECÁLIA,
agricultor

Aprova a decisão do Governo de subvencionar os fertilizantes?

Ouvimos o ministro da Agricultura e Pescas, Francisco de Assis, anunciar que os adubos já chegaram ao país, mas o problema é que ainda não foram distribuídos. E, por mais que o saco do 12-24-12 venha a custar, por exemplo, 10 mil a 15 mil kwanzas, isso não há-de representar absolutamente nada.

Porquê?

Nada ainda está definido, porque nem sabemos como esses fertilizantes serão distribuídos. Antigamente, ou seja, na era colonial, os inputs eram entregues aos camponeses no princípio da campanha agrícola, para serem pagos no final das colheitas, num processo ininterrupto e abrangente. O que o Governo pretende fazer não me parece muito claro e faz supor que vai distribuí-los de acordo com a camisola partidária. Logo, podemos dizer que esses adubos perseguem fins eleitoralistas.

Mas é ou não uma boa iniciativa?

Não se vai alavancar agricultura nenhuma por esta via. Por outro lado, o sector não evoluiu por falta de acompanhamento técnico. Antigamente, tínhamos regentes agrícolas que iam ao campo para ensinar, desde a sementeira, prevenção de pragas, à colheita. Isso já não se faz, os 'activistas' do campo desapareceram.

24 TERÇA-FEIRA

O porta-voz da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) é impedido de prestar declarações aos jornalistas por alegada orientação do presidente daquele órgão, no final de uma reunião entre comissários eleitorais e o ministro da Administração do Território.

25 QUARTA-FEIRA

Um grupo de trabalhadores da Sonangol Investimentos Industriais (Siind), subsidiária da Sonangol, realiza o seu quarto protesto em frente à sede da petrolífera, para reclamar indemnizações e estabilidade de emprego.

26 QUINTA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola informa que os depósitos em moeda estrangeira nos bancos comerciais caíram 5,0 mil milhões de dólares nos últimos seis anos.



SEGUNDA-FEIRA

O Presidente da República, João Lourenço, apela à produção de algodão no país, considerando que a sua comercialização está garantida com o funcionamento das três fábricas têxteis existentes.

27 SEXTA-FEIRA

O Presidente da República, João Lourenço, inicia uma visita à província da Lunda-Norte, para constatar a situação política, económica e social.



28 SÁBADO

O ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis, incentiva os empresários pecuaristas a desenvolverem projectos para a implementação de matadouros industriais.



29 DOMINGO

É conhecida decisão do Governo de gastar cerca de 40 milhões de euros para reabilitar um conjunto de edifícios recuperados pelo Estado e que foram "severamente vandalizados".



COTAÇÃO



PETRÓLEO INSTÁVEL...

O petróleo abriu o dia a recuar devido ao furacão Ida nos EUA, após fechar a sessão anterior no verde. O Brent, referência às exportações angolanas, na tarde desta terça-feira, caía 0,42%, negociando 71,93 dólares. Já o WTI recuava 0,58% para os 68,81 dólares.



BOLSA EUROPEIA EM QUEDA...

Apesar de registar ganhos de 2% no mês de Agosto, as acções europeias abriram a terça-feira a cair, com o temor de mudanças na política monetária. O índice pan-europeu STOXX 600 fechou em baixa de 0,4%, o Financial Times recuou 0,40%, a 7.119,70 pontos, DAX caiu 0,33%, a 15.835,09 pontos. Já o CAC-40 perdeu 0,11%.

Entrevista



Mário Mujettes © VE

LUKONDE LUANSI, CONSULTOR, EX-DIRECTOR NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERNO

“Podemos andar de Cabinda ao Cunene e veremos uma grande margem de descontentamento”

Responsável da empresa de sondagens AngoBarómetro explica como a empresa funciona e as razões de ter a sede na Alemanha, entre elas, o aproveitamento de quadros angolanos que vivem no exterior. Lukonde Luansi afirma compreender os resultados obtidos com o “descontentamento generalizado”. Sondagem provocou polémica, por dar uma vitória à Unita. Ex-quadro superior do Estado angolano, Luansi critica a excessiva burocracia a chama a atenção para o excesso de taxas e não acredita que seja fácil baixar os preços da cesta básica.

Por César Silveira e Emídio Fernando

Como funciona a Angobarómetro?

A Angobarómetro não surgiu agora, como muita gente tenta explicar. Tivemos a primeira tentativa, em 2004, como Angosondagem. Lançámos uma primeira edição, mas devido a divergências,

decidimos acabar com o projecto na concepção original. Achamos ser muito importante para o fortalecimento da democracia no país, porque vivemos ainda num processo de democratização que, como diria um estudioso alemão, é defeituoso.

Atravessou dificuldades desde que começou a divulgar estas sondagens...

Nós esperávamos isso. Aliás, não é só em Angola que a cultura política é deficitária, até naqueles paí-

ses com uma cultura democrática muito desenvolvida, as sondagens são sempre mal vistas, sobretudo, para aqueles cujos resultados foram deficitários.

Recebeu alguma ameaça?

Pessoalmente, não recebi ameaça alguma e também não espero receber. Independentemente das opiniões que forem lançadas no nosso site, com injúrias e palavras feias, não acredito que algum dia possamos sofrer uma

ameaça física, porque o que estamos a fazer é um exercício científico tolerado em todos os países democráticos.

Muitas vezes, nestes inquéritos, há suspeições e poderão dizer que os resultados estão viciados e que foram comprados. A Angobarómetro está preparada para isso?

Já estamos a sofrer essas acusações e estamos preparados. A nossa equipa é formada por técnicos angolanos com formação no exterior e

que tiveram quase toda a sua vida fora do país. Uma parte das suas juventudes foi passada em países com um certo nível social que não tende para a corrupção. E isso faz com que hoje estejamos preparados para enfrentarmos todas essas coisas. Quem quer nos contactar pode fazê-lo, mas não pense que poderá nos influenciar pagando isso ou aquilo. Tive pais cristãos que diziam “vale mais ser pobre mas digno” e eu prefiro manter a minha dignidade

“Quem mede a temperatura do país consegue ver que realmente há uma tendência para a mudança. As pessoas querem ver algo novo e isso fez com que houvesse mais participação.”

Mas não é pobre...

Também não sou rico. Não sou pobre nem sou rico, vivo com os meios que tenho. Nunca vivi superior aos meus meios financeiros.

Que problemas consegue identificar nestas sondagens?

A nossa primeira intenção era fazer uma sondagem presencial, porque na presencial podemos identificar os gestos da pessoa entrevistada, dá-nos sempre algumas respostas na hesitação ou não ao responder o questionário. Optámos via online. Apesar de ter também o seu ponto negativo, tem uma vantagem, porque as pessoas se sentem mais livres nas respostas. Hoje, a maioria dos institutos de sondagens, quer nas Américas como na Europa, utiliza as novas tecnologias, a sondagem online.

Acautelou que não houvesse respostas repetidas?

Utilizamos ‘software’ que consegue identificar os dispositivos, que impede que se vote duas vezes.

Que sondagens tem em perspectivas para os próximos tempos? Isso ainda é ‘segredo dos deuses’.

Mas vai ter?

Vamos ter certamente e talvez com mais barulho do que aquela que acabámos de efectuar. Escolhemos uma temática que talvez vá mexer um pouco com o país. Vamos tentar sondar o nível de confiança do eleitorado nas instituições.

Vai ser da mesma forma e com a mesma técnica?

Vamos fazer uma sondagem online, sempre com o mesmo período de duração de uma semana e, na semana a seguir, depois do encerramento, teremos os resultados que serão publicados.

Não há um risco de falhar?

Quando analisamos estes resultados, partimos do princípio que as eleições se realizam em condições normais. Não estamos a pensar em condições anormais. Os resultados indicam caso as eleições fossem em condições normais.

Quanto custa fazer uma sondagem destas?

Não custa muito dinheiro, porque a sondagem é feita online, não há aqui pagamento do pessoal físico que anda de um sítio para o outro. Isto faz com que os custos sejam calculáveis. Por outro lado, temos

a dificuldade de não conseguirmos atingir o nível de visitantes-alvo. Por exemplo, nas últimas sondagens, vimos que a participação feminina é muito reduzida em relação à masculina. Talvez as nossas irmãs angolanas estejam mais dedicadas, na internet, para assuntos não políticos, económicos ou culturais, interagem mais para outras temáticas.

Há uma grande diferença entre as anteriores sondagens e esta última?

A temática é diferente. A penúltima não teve assim tanta adesão em relação ao número de participantes, porque a temática escolhida foi mais actual, Queríamos saber a questão da alternância política. Hoje em dia, quem mede a temperatura do país consegue ver que realmente há uma tendência para a mudança. As pessoas querem ver algo novo e isso fez com que houvesse mais participação.

Quem suporta os custos das sondagens?

Por enquanto, suportamos os custos. Não é à toa que a empresa está sediada na Alemanha. A legalização foi em 20 minutos e pagamos menos de 50 euros. Em Angola, não seria possível. Aqui não iríamos conseguir legalizar esta empresa.

Porquê?

A cultura política é diferente, as leis são diferentes e também o tipo de empresa. Em países com uma cultura política mais avançada, um instituto de sondagens é visto como um instrumento de avaliação, um mecanismo de diálogo entre decisores políticos e o soberano primário, que é o povo eleitor. Aqui é visto de uma outra forma. Se os resultados forem negativos para uns, o instituto é apontado a dedo, mas se for favorável, todo o mundo aplaude. Os resultados são apenas um espelho. Não é a realidade, pode ser, como também pode não ser, depende sempre das condições e das circunstâncias de cada país.

E porquê a Alemanha?

A empresa está na Alemanha, porque é um país onde as liberdades individuais são mais respeitadas. O ambiente político não é assim tão sobrecarregado como em Angola. Publicámos os resultados e houve comentários na net a chamar-nos nomes. Na Alemanha, isso não aconteceria. Aqui, não é visto como um trabalho

Perfil

Um ‘globe-trotter’ do comércio externo

Doutorado em Ciências Políticas, mestre em Ciências Políticas, Filologia Romana e Linguística Comparada, pela Universidade de Aachen, na Alemanha e formado Direito Ambiental Internacional pelo Instituto das Nações Unidas, em Genebra, Lukonde Luansi tem uma longa carreira profissional ligada ao Comércio Externo. Entre vários cargos, foi director da Escola Nacional do Comércio (ENCO) em 2005, e exerceu, de 2006 a 2014, as funções de Representante Comercial de Angola na Suíça, com a categoria de Ministro-Conselheiro, ocupando-se das negociações comerciais multilaterais junto da OMC, na qualidade de coordenador da equipa técnica angolana. Foi ainda director Nacional do Comércio Externo, no Ministério do Comércio, tendo participado nas negociações da SADC, da Zona de Comércio Livre Continental Africana. Dirigiu ainda a Direcção Nacional do Indústria e Comércio. Actualmente, é consultor e formador independente para as questões comerciais regionais e multilaterais.

Mais vale mandar vir um contentor da Antuérpia do que tirar um camiãõ do Panguila para o Benfica.



científico, mas é visto como um trabalho político por encomenda de alguém. Não recebemos encomendas de ninguém, e aliás, gostaríamos de receber encomendas de partidos políticos para eles saberem como são avaliados.

Têm condições financeiras para continuarem a fazer sondagens?

Vamos continuar enquanto os nossos meios financeiros o permitirem. Não digo que temos o bastante, mas temos uns zeros que nos permite continuar com o trabalho, mas a longo prazo é difícil financiar tudo com os próprios meios privados.

Até às eleições de 2022, vão lançar mais sondagens?

A frequência vai ser de dois em dois meses até, pelo menos, as eleições.

Qual é a margem de erro?

Numa sondagem, há sempre a possibilidade de calcular a margem de erro e a nossa margem varia entre os 3% e os 5%.

Foram inquiridas pouco mais de 1.600 pessoas. Não considera pouco?

Não. Diria que ultrapassámos um pouco o nível exigido para este tipo de estudo. Um universo de mil inquiridos já é suficiente para fazer uma boa avaliação. Há quem diga que 50 também poderá ser considerado suficiente. Isso não desvaloriza o inquérito. Chegámos a 1.632 inquiridos, dos quais mais de 90% são do sexo masculino e o restante do sexo feminino. O mais interessante são as faixas etárias com direito a voto, dos 18 a mais de 50 anos de idade.

Não acha que o resultado seria diferente, o MPLA teria mais intenções favoráveis, se fossem alcançadas mais pessoas com idades avançadas?

Não partiria desta hipótese, porque mesmo na ‘faixa etária sossegada’, aquela que acompanhou a luta de libertação e as mudanças que ocorreram nos anos 1990 e sofreram com todas as vicissitudes históricas do nosso país, começa a pensar-se de outra forma. Não diria que votariam na oposição, porque gostam do programa da oposição, mas votariam em forma de protesto. Temos também de ter em conta que o eleitor utiliza o seu voto para protestar. Em condições normais, o partido da oposição teria mais votos do que o partido maioritário, pelo simples facto de que,

ao longo da governação, há resultados económicos que os inquiridos consideram desastrosos.

Como avalia a democracia em Angola?

Sou politólogo de formação. Como politólogo, não diria que Angola é um país democrático. Angola ainda se encontra num processo de democratização e um país em processo de democratização é um país em transição. O caso de Angola não foge à regra comparando com os demais países da região. O nosso processo de democratização tem defeitos, começando pela Constituição.

O que ela tem de errado?

Num país em processo de democratização, evita-se que haja mudanças constantes na legislação. Quando o MPLA tenta sempre criar uma legislação que lhe é favorável, não ajuda em nada na democratização. Só em termos comparativos, o Congo-Brazzaville teve uma Constituição que proibia um terceiro mandato ao presidente. A partir de uma assembleia, Denis Sassou Nguesso mudou a Constituição para poder candidatar-se a um terceiro mandato; no Gabão, as segundas voltas das eleições já não são feitas, basta a primeira para escolher o presidente; situação similar é reflectida na Guiné-Conacry. O mais interessante em África é que os países anglófonos tendem a consolidar os processos democráticos, enquanto nos francófonos e lusófonos, a tendência é de recuo democrático. As razões são inexplicáveis.

Qual é a leitura que faz do processo da revisão da Constituição em Angola? Há quem acredite que seja para evitar eleições em 2022...

Não gosto de especular. Tenho primeiramente de ver a nova Constituição e saber se houve avanços ou não. Segundo o Presidente da República, tudo está a ser feito para que as eleições ocorram no momento previsto e eu acredito nas suas palavras até se provar o contrário.

Inicialmente, as eleições autárquicas também estavam previstas para 2020, depois o Presidente disse que nunca marcou a data...

Esta é uma questão muito problemática. Desejaria que o país realizasse eleições autárquicas por uma simples razão: os decisores esta-

Entrevista

Continuação da página 5

rão mais perto dos problemas da população e haverá uma maior responsabilização dos autarcas. Não realizar e adiar sempre as eleições autárquicas é negar o direito democrático ao povo.

O argumento apresentado, que garantia não existir condições para a realização das eleições, não faz sentido?

Há países que realizaram eleições, quer autárquicas quer gerais, em condições piores do que Angola.

Olhando para a realidade económica, social e política do país, entende a tendência do inquérito?

Apurámos duas principais razões. A primeira, a de Fevereiro, tem que ver com a longa governação. Esta componente não favorece o partido maioritário. A segunda é sobre os resultados da política económica do país. Quem anda nos autocarros públicos, consegue ouvir os comentários da população. Em 2017, todos aplaudimos a mudança de Presidente, pensando realmente que as coisas poderiam mudar de forma sustentável. Volvidos quatro anos, vimos que não houve grandes mudanças. As pessoas dizem que no tempo do ex-presidente José Eduardo dos Santos viviam melhor. Isso demonstra a temperatura actual. Podemos andar de Cabinda ao Cunene e veremos uma grande margem de descontentamento. Isso não quer dizer que a Unita faria melhor, mas o povo diz que com este Governo já não queremos. Queremos tentar novo. Se isso irá acontecer, é só vermos os resultados concretos nas eleições.

Disse que, em 2017, também aplaudiu a eleição do Presidente João Lourenço. Hoje faz parte dos decepcionados?

Aplaudi a eleição do Presidente João Lourenço, apesar de ter um certo cepticismo. Hoje por hoje, as minhas dúvidas são maiores do que há quatro anos. Duvido sinceramente se a política actual vai dar resultados na satisfação dos anseios da população.

Há correntes que defendem que o Presidente precisa de mais um mandato até porque encontrou uma série de constrangimentos...

Quem vai decidir se merece ou não o segundo mandato é o povo. Ele irá

defender a sua política, irá explicar as razões dos resultados um pouco negativos e o povo decidirá.

Mas concorda que o Presidente teve alguns constrangimentos que terão impossibilitado ter feito mais e melhor?

Há razões objectivas do fracasso, como também alguns erros. E isso não podemos negar. A pandemia da covid-19 teve impacto negativo em quase todas as economias, mas há economias com impacto pandémico que tomaram medidas para, pelo menos, sustentar as empresas. Não sei se a covid-19 é a principal razão do fracasso, mas que teve um impacto, teve.

Se tivesse de apontar alguns erros, quais seriam?

Não apontaria erros ao Presidente, deixo isso aos que fazem política. Apenas faço análises.

Há algumas bandeiras eleitas pelo Presidente como, por exemplo, o combate à corrupção. Que avaliação faz da estratégia e dos resultados conseguidos?

Não sei se corrigimos o mal ou melhoramos o bem. Para mim, a corrupção continua.

Mas não sente que terá diminuído de nível?

Talvez as pessoas façam de uma maneira inteligente, mas a corrupção continua. Até há pouco tempo exerci a função na administração pública e as tentativas não foram poucas para tentar corromper e isso partia das grandes empresas

O normal de ontem era todo o mundo participar da festa...

Nunca participei. Tive uma outra socialização e só regresssei ao país em 2014. Vivi na Alemanha e na Suíça, onde desempenhava outras funções do Estado. Nunca vivi em ambientes corruptos e toda a minha socialização foi uma recta, com o respeito à lei. Quem viveu tantos anos num ambiente socialmente saudável não cai facilmente na tentação da corrupção. Aliás, vivo sozinho em Angola, não tenho tantas necessidades.

O que terá falhado na estratégia do Governo?

Para combatermos a corrupção, temos de actuar em dois níveis. Primeiro, na repreensão e, segundo, na melhoria das condições sociais dos funcionários. Darei um exemplo com um sec-

Estamos a avançar na integração regional, mas estamos a tomar medidas restritivas. Como se quer fazer negócio regional se continuamos com estas medidas.

A pandemia da covid-19 teve impacto negativo em quase todas as economias, mas há economias com impacto pandémico que tomaram medidas para, pelo menos, sustentar as empresas.



Estamos a fazer é um exercício científico tolerado em todos os países democráticos.



tor que conheço melhor, que é o do comércio. Quando vejo um funcionário do comércio externo a ganhar 30, 40 ou 50 mil kwanzas, a licenciar mercadorias de milhões com todas as barreiras não tarifárias existentes e aparece um empresário que lhe oferece por um trabalho de dois minutos, licenciar a factura, sem as licenças, sem as autorizações prévias, facilmente cairá na tentação. Combatia este fenómeno punindo os meus funcionários, mas constatei que punir apenas os meus funcionários não era suficiente. Passei a punir os funcionários e as empresas. No tempo que dirigi o comércio externo, quando criei, por exemplo, a unidade de reconciliação de dados,

em pouco menos de seis meses, conseguimos apanhar grandes empresas que facilitavam documentos, cujos processos encaminhámos às autoridades. Imagine a pressão que recebia naquela altura. Ameaças de morte indirectas, mas continuei até chegar a um ponto de saturação e solicitar a minha reforma.

Estas práticas continuam?

Não vão desistir porque são empresas que se consideram onipotentes aliadas a certas estruturas. Enquanto tivermos uma política comercial muito restritiva, em termos de barreiras não tarifárias, certamente que irão procurar formas de contornar as mesmas.

“Cartéis existem. Há grandes e pequenos importadores e os grandes têm quase o monopólio, têm canais directos nos bancos e nos ministérios.”



Os funcionários do comércio deveriam ter um tratamento igual aos da AGT, por exemplo?

Comparando a Administração Geral Tributária de Angola, com as instituições congéneres, na nossa região, a política levada a cabo pela AGT de valorizar os quadros nacionais, dando-lhes um salário aceitável, foi boa. Se este salário é justificado pelas receitas arrecadadas pela instituição, diríamos também o mesmo no Ministério do Comércio, porque o Comércio arrecada receitas que poderão ajudar na melhoria das condições sociais dos seus funcionários. Lembro-me que o ministro cessante, Jofre van Dúnem, tinha uma sensibilidade social. Além dos salários, davam aos funcionários um car-

tão de abastecimento que variava entre os 50 e os 200 mil kwanzas, de acordo com as funções. O actual ministro também seguiu a mesma política. Ao invés de darmos os cartões de abastecimento, poderíamos melhorar o salário do Ministério que também faz muito dinheiro.

Consegue ter uma estimativa de receitas provenientes de licenciamento de facturadas?

O nosso país vive de exportações. No tempo em que fui director de Comércio Externo, cobrávamos mil kwanzas por cada licenciamento e tínhamos mais de mil pedidos diários de licenciamentos quer nas exportações, como nas importações. E hoje, o licenciamento é cobrado a três mil kwanzas.

Essa cobrança era devidamente controlada?

No tempo em que era director, não recebíamos dinheiro. Tudo era canalizado na conta única do estado, só recebíamos os talões de pagamentos.

O Governo está apostado em baixar o preço da cesta básica, é possível considerando as diversas razões para os preços altos?

Politicamente vejo essa possibilidade. Mas em termos comerciais e de rendimento, não sei se essa medida será sustentada.

Politicamente, qual seria a solução?

Temos a possibilidade de incentivar que os operadores económicos baixem os preços da cesta básica, utili-

zando políticas, como por exemplo a isenção de direitos aduaneiros para certos produtos. Mas a pergunta que poderá ser levantada é: será que essa política é sustentável a longo prazo ou é uma política por determinadas razões?

Concorda que para os preços altos também concorrem algumas práticas condenáveis por parte dos importadores como a formação de cartéis, por exemplo?

Existem, de facto, estas práticas, mas não é uma prática generalizada para todos os operadores económicos. Cartéis existem. Há grandes e pequenos importadores e os grandes têm quase o monopólio, têm canais directos nos bancos e nos ministérios. A actual situa-

ção do aumento do preço da cesta básica não é só devido às práticas anti-concorrenciais dos importadores e dos operadores económicos, mas também resultado de uma política comercial mal concebida. Como o famoso decreto 23/19. Quando fiz o parecer deste decreto, já previa essa situação. Alertei várias vezes que essa política comercial ia levar com que os preços aumentem, porque haverá raridade dos produtos no mercado e, como em qualquer economia, é a lei da procura e da oferta.

Então, os operadores têm razão?

Sim, uma parte é justificável pela política proteccionista e mal concebida da nossa política comercial.

Mas não é necessário proteger a produção nacional?

Concordo plenamente com a defesa da política de produção interna. Mas no comércio internacional temos instrumentos próprios para atingir este efeito. Fiquei oito anos na Organização Mundial do Comércio (OMC) e defendi a política comercial de Angola. E, quando começámos a ter essa política restritiva, chamei atenção e avisei sobre os perigos em abraçar essas políticas. Sugeri que abraçassemos medidas autorizadas nas regras comerciais multinacionais ou regionais, mas infelizmente estava a fazer um trabalho no deserto. Na altura, um ministro, que prefiro não citar o nome, disse-me que os “decretos não se discutem”. Então, fiquei calado.

Acredita na possibilidade de o país ser penalizado pela OMC por algumas destas políticas?

Nas regras comerciais multilaterais, os países têm o direito de defender a sua economia, a produção nacional em determinadas situações. Tomámos medidas proteccionistas e restritivas, sempre respeitando as regras. O que vai acontecer nos próximos anos é chamar atenção a Angola o que não é a primeira vez que acontece. Em 2006, no primeiro exame da política comercial, os países membros da OMC chamaram a atenção. No segundo exame, em 2015, voltaram a chamar-nos a atenção para certas medidas de políticas comerciais, tentámos corrigir algumas delas, mas reforçámos as violações das regras. Não duvido de que no próximo exame comercial, essas questões sejam levantadas.

Entrevista

Continuação da página 7



De que forma?

Não acredito que haverá uma penalização ou que o país seja levado ao órgão de resolução de diferendos da OMC, porque Angola, em termos de comércio internacional, não significa absolutamente nada. A participação africana no comércio internacional é de 3%, imagine qual é a participação de Angola. Por outro lado, Angola é menos avançada e por isso goza de certos tratamentos especiais diferenciados, atendendo ao seu nível de desenvolvimento económico. O que os membros da OMC vão tentar fazer é pressionar, encorajar Angola nas suas reformas. Não devemos esquecer que, com o Presidente João Lourenço, Angola acelerou o processo de integração regional. Aquilo que era impensável, na época do ex-presidente José Eduardo dos Santos, o actual veio concretizar, que é a Zona de Livre Comércio da SADC, que já é um passo importante e positivo, para a imagem do nosso país. Estamos a avançar na integração regional, mas esta-

mos a tomar medidas restritivas. Como se quer fazer negócio regional se continuamos com estas medidas?

E não será que Angola faz 'ouvidos de mercador' por saber que não será penalizada?

Angola não faz 'ouvidos de mercador'. Uma política comercial vai ao lado da política de investimento do ambiente de negócios. Um país que quer mostrar uma nova cara ao mundo, que quer captar investimento estrangeiro, certamente que não vai fazer 'ouvidos de mercador', vai tentar corrigir aquilo que está mal na legislação e Angola já fez isso. Dei-lhe o primeiro exemplo da política comercial, em que a nossa política de vistos foi muito criticada. Um exemplo que tínhamos na nossa pauta aduaneira, direitos aduaneiros que ultrapassaram a taxa consolidada e a mesma foi criticada na OMC e Angola adaptou a sua pauta aduaneira às regras. Angola não faz 'ouvidos de mercador', porque aplica alguns conceitos da facilitação do comércio.

Entre as várias medidas restritivas, quais são aquelas que mais o preocupam?

A melhor forma de defender a produção nacional são as barreiras tarifárias, que são os direitos aduaneiros nas fronteiras. Temos uma pauta aduaneira um pouco protecionista e mesmo com esta pauta, agravámos alguns direitos aduaneiros. Agravar o direito aduaneiro, respeitando a taxa consolidada, não é problema, porque temos a taxa aplicada e a taxa consolidada. Consolidamos as nossas taxas entre os 55 e os 60%. A partir do momento que os produtos pagam 50% na taxa aduaneira no âmbito da consolidação não há nenhuma violação. Violação é aplicar medidas tarifárias e medidas não tarifárias. Quando falo em medidas não tarifárias, temos o excesso de licenças, que é inconcebível. Há produtos que merecem uma autorização prévia, mas há outros que realmente não precisam necessariamente deste tipo de licenças. Para importar um determinado produto vegetal, temos de ir buscar uma licença no Ministério da Agricultura e Pes-

exportações. Para poder exportar e ter de ir buscar tantas licenças que não são emitidas de forma célere, isso trava o processo de exportação e o torna muito mais difícil e caro. Por exemplo, temos medidas administrativas de que a importação de determinadas sucatas é proibida, mas em certos casos pode-se autorizar. Se não for no Ministério do Ambiente, onde a licença custa muito caro, é no Ministério da Indústria. Não vejo a necessidade dessas medidas administrativas e sobretudo no que toca às exportações. Além das medidas restritivas, também temos uma logística que realmente é caríssima. Mais vale mandar vir um contentor da Antuérpia do que tirar um camião do Panguila para o Benfica.

E com estas condições estamos em condições de entrarmos para a Zona do Comércio Livre e sermos concorrentes?

Estamos em condições de entrarmos na zona de comércio livre, regional e continental. Trará uma certa dinâmica. A liberalização não será imediata, mas sim gradual, progressiva, até atingir a 'taxa zero'. Os nossos operadores têm tempo suficiente para poder adaptarem-se à nova realidade.

Consequiremos ser concorrentes?

Seremos obrigados a nos adaptar às regras. Se hoje a pressão para liberalizar a política comercial vem dos países desenvolvidos, a pressão voltará a nível regional. Os nossos parceiros regionais é que vão começar a encorajar ou a pressionar o Governo no sentido de rever as suas políticas, chamando sempre a atenção na violação dos compromissos assumidos. Quando um país assume compromissos, quer ao nível regional como ao nível multilateral, assume a soberania partilhada. Todos os países são soberanos, mas quando estamos dentro de uma organização, devemos fazer algo em comum de modo a respeitar os compromissos.

A atracção de investidores era uma outra aposta do actual Governo. Passados quatro anos, o balanço é positivo?

Não tenho dados concretos para poder justificar ou argumentar neste sentido, mas o certo é que houve uma grande melhoria no ambiente de negócios. Ainda não atingimos o desejável, mas alguns esforços foram feitos.

Os nossos parceiros regionais é quem vão começar a encorajar ou a pressionar o Governo no sentido de rever as suas políticas.

cas, depois passar no Ministério da Indústria. O operador económico passa o seu tempo a pedir licenças. Podemos tratar os problemas de produção nacional não com essas medidas não tarifárias. Alias, é contra produtivo.

Há operadores que se queixam do processo de exportação...

Angola é um dos poucos países a nível do mundo que coloca barreiras as suas próprias exportações, enquanto os outros facilitam as suas

PÓS PAGO

**COM UM PÓS-PAGO
NUNCA FICA
PENDURADO**

O futuro é agora

**CHAMADAS,
SMS E INTERNET
A SUA MEDIDA**

Linha de Apoio
a Empresas

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS

Economia/Política



RELATÓRIO DO CEIC DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Angola a caminho da sexta recessão económica

PREVISÕES. Abrandamento da produção petrolífera é o principal risco para o crescimento económico do país. Apesar das medidas governamentais, assimetrias regionais ainda são muito acentuadas, destaca a Universidade Católica.

Por Isabel Dinis

A economia angolana está a caminho de uma sexta recessão económica este ano, com o crescimento a ser estimado em -1,98%, depois de passados cinco anos de recuos no PIB.

As previsões são apontadas pelo 'Relatório Económico de Angola 2019/2020', do Centro de

Estudos e Investigação Científica (Ceic), da Universidade Católica de Angola, que projecta o regresso ao crescimento apenas em 2022 (1,54%) e fundamenta as metas deste ano com o facto de a produção petrolífera manter-se em "queda livre".

As previsões orçamentais para este ano apontam para uma produção diária acima dos 1,2 milhões de barris por dia, mas os últimos dados têm-na colocado na casa dos 1,1 milhões, havendo, entretanto, leituras que não descartam recuos mais significativos. Ou seja, a produção abaixo de 1 milhão de bar-

ris em algum mês do ano. "Com este andamento, poderá haver uma recessão maior no final de 2021. E a produção petrolífera, infelizmente, é que faz o crescimento económico em Angola. Se Angola não aumentar a produção petrolífera, o crescimento económico vai ser adiado", observa Francisco Paulo, um dos investigadores permanentes do Ceic.

Paulo lembrou também, na apresentação do relatório, que, aquando do lançamento do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), havia "esperanças" de que o programa pudesse acelerar o crescimento

económico, mas, "infelizmente", não se está a fazer "sentir".

PERSPECTIVAS DE RISCOS

Até 2022, de acordo com o relatório, a economia angolana vai apresentar cinco grandes riscos. Os riscos têm que ver com o comportamento do preço do petróleo, e a probabilidade de se desviar do cenário base que são os 68 dólares por barril, apesar do acordo com o FMI. O elevado peso da dívida pública, tanto a interna como a externa, que podem limitar a captação de investimento directo estrangeiro, e a contração de empréstimos nos mercados internacionais são outros riscos apontados. O potencial efeito negativo de contágio sobre o sector financeiro derivado da transição para o regime cambial flexível e o declínio na produção petrolífera também constam dos riscos.

O estudo foca ainda que a redução da dependência petrolífera "vai levar tempo e a diversificação das exportações mais tempo ainda, porque o país não tem um ADN exportador".

As assimetrias regionais são também destacadas. O relatório explica que não havia um modelo de crescimento que as atenuasse. "O interior é cada vez mais interior", precisa. Luanda e Bengo, por exemplo, concentram mais de 56% de toda a indústria transformadora, em "nítido contraste" com a região centro e leste. As assimetrias são ainda destacadas no emprego, com Luanda numa posição largamente dominante.

Os investigadores ressaltam que a Lei de Investimento Privado não vai ser suficiente para inverter a concentração da iniciativa privada nas zonas que actualmente mostram condições de competitividade bastante acima da média nacional, nem mesmo para diversificar as estruturas produtivas das regiões. "Para se ter um crescimento no sector não-petrolífero, os investimentos devem ser feitos em especial nas infra-estruturas. O sector industrial está num sistema em que boa parte das fábricas instaladas no país foram feitas tendo em mente a importação de matéria-prima. Não se pensou que era necessário que houvesse também empresas que produzissem matéria-prima local para alimentar estas fábricas", destaca.

0,4

Por cento, crescimento estimado da economia em 2021, pelo Banco Mundial

00

Por cento, crescimento estimado da economia em 2021, pelo Governo

Previsões do crescimento económico em Angola (%)

Governo	2021	2023	2023
FMI	00	-	-
Banco	0,4	2,4	3,5
Mundial	0,9	3,5	-
EIU	-0,6	1,3	1,9
CEIC	-1,98	1,54	2,78

A OPEP E ALIADOS estimam uma diminuição, a uma taxa média de 825 mil barris por dia, nos próximos quatro meses do stock mundial de combustível até ao final, mesmo com a OPEP + dando continuidade ao seu acordo para adicionar 400.000 barris por dia a cada mês.

NO I TRIMESTRE

Dívida externa pública sobe para 50.132,5 milhões USD

Por Guilherme Francisco

A dívida pública externa aumentou, no primeiro trimestre deste ano, para 50.132,5 milhões de dólares, contra os 50.127,4 milhões do mesmo período de 2020 e face aos 50.114,5 milhões de dólares registados no quarto trimestre do ano passado.

De acordo com o relatório da balança de pagamentos e posição do investimento internacional, publicado pelo Banco Nacional de Angola (BNA), a dívida externa bruta situou-se em 68.003,6 milhões de dólares no primeiro trimestre do corrente ano, contrariamente aos 67.248,2 milhões de dólares do quarto trimestre de 2020, representando um aumento de cerca de 755,5 milhões de dólares.

A China e o Reino Unido figuram entre os principais países credores do endividamento público, com cerca de 68,8% do valor total, seguidos por organizações internacionais.

No período em análise, também houve redução do investimento directo líquido, fixando-se nos 138,4 milhões de dólares face aos 1.034,2 milhões do trimestre precedente. O resultado negativo é justificado com o “aumento dos passivos inerentes aos investimentos efectuados no sector petrolífero, ou seja, da redução no nível de recuperação do investimento deste sector pelos investidores estrangeiros.”

“Os fluxos do investimento directo estrangeiro que ingressaram no país durante o período em análise situaram-se em 1.643,7 milhões de dólares, dos quais 90,0% corresponde ao sector petrolífero. Do lado das saídas, importa realçar a recuperação de investimento do sector petrolífero, ao atingirem 1.778,9 milhões de dólares, con-



tra 2.815,2 milhões de dólares do trimestre anterior”, pode ler-se na publicação do BNA.

Os Estados Unidos da América, França e o Reino Unido figuram entre os países de origem dos investimentos no sector petrolífero, enquanto os Emirados Árabes Unidos, Alemanha e a África do Sul do sector não-petrolífero.

Relativamente às importações, neste período, registaram uma redução na ordem de 4,8%. Foi observada na maior parte das categorias de produtos, com realce para os veículos, os bens alimentares e as aeronaves e embarcações, que tiveram uma redução de 81,2 milhões de dólares, 79,3 milhões de dólares e 42,9 milhões de dólares, respectivamente.

Já as exportações estiveram positivas, graças ao aumento do preço do petróleo, já que o volume das exportações de petróleo bruto passou de 104,1 milhões de barris para 97,9 milhões de barris, aumentando as receitas para os 6.038,3 milhões de dólares no primeiro trimestre de 2021, contra os 4.653,8 milhões de dólares do quarto trimestre do ano anterior.

A China manteve-se na liderança dos principais países de destino das exportações, com uma quota de cerca de 70,3%, seguida da Índia e da Singapura com 8,8% e 4,7%, respectivamente.

Entre os produtos mais exportados, o petróleo foi seguido pelo gás, com 6,1%, diamantes, 4,2%, e refinados de petróleo, com 1,1%.

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro,
Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center

(+244) 947 992 829, (+244) 993 091 599



Trabalhamos com multicaixa

Economia/Política

CONCLUSÃO DE UM ESTUDO SOBRE SAL

70% do sal no país usa iodo inadequado



MERCADOS. Pesquisa abrangeu cinco províncias com os especialistas a recomendarem a revisão do programa governamental de iodização do sal.

Por Isabel Dinis

Setenta por cento do sal consumido em Angola não tem iodo ou, quando tem, é inadequado. A conclusão é de um estudo realizado em 2019, em cinco províncias: Luanda, Kwanza-Sul, Bié, Moxico e Cunene. De acordo com a pesquisa, na generalidade, a qualidade de iodização do sal nas

principais empresas produtoras e fornecedoras de sal era “inadequada”.

O trabalho de pesquisa é uma iniciativa do Ministério da Agricultura e Pescas, em colaboração com o Ministério da Saúde, e teve como suporte técnico uma equipa da Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto. Denominado ‘Estudo do Iodo no Sal Consumido pela População em Angola’, a pesquisa conclui que Angola necessita de reforçar os mecanismos de controlo e fiscalização junto das salinas para a iodização do sal.

O iodo é uma substância fundamental que assegura a formação do sistema nervoso, crescimento e desenvolvimento humano e animal. Em crianças, a falta desta substância pode causar danos no cérebro, diminuição de capacidade de assimilação, nados mortos, atraso no crescimento físico e, em adultos, pode causar letargia, alterações da pele, sonolência, bócio, entre outros problemas.

O estudo também conclui que a concentração de iodo em mulheres em idade fértil, na sua maioria, era inadequada.

PROGRAMA DE IODIZAÇÃO PRECISA SER REVISTO

Angola precisa de rever o seu programa de iodização do sal, recomendam especialistas que trabalharam na pesquisa. Esta revisão deve contar com o envolvimento das empresas produtoras e distribuidoras.

Os peritos recomendam também que se estabeleça um programa de avaliação e monitoria da iodização do sal. Foi recomendado também o reforço do controlo de titulação do iodo no sal nas empresas produtoras e dos critérios de importação e de produtos salinizados.

O estudo abrangeu 2.250 agregados familiares e teve como população-alvo mulheres, com idade fértil, entre os 15 e os 45 anos de idade.

NO II TRIMESTRE

Abertura de conta custódia aumenta 77%

No segundo trimestre deste ano, a Central de Valores Mobiliários assinalou a abertura de 3,204 contas de registo individualizado, representando um aumento de 77%, face ao período homólogo.

Segundo o relatório da Bodiva, o Junho foi o mês em que mais contas foram abertas com um total de 1.420. Quanto à média de conta abertas, no trimestre em referên-

cia, os cálculos apontam para 1.068, reflectindo um aumento de 333%, comparativamente ao segundo trimestre de 2020, em que se situaram nas 247 contas.

A Central de Valores Mobiliários tem registadas 20.066 contas activas, 29 das quais de carteira própria dos membros, 26 de emittentes, 24 de regularização e 19.987 de registo individual.

Na sua edição 270, o **Valor Económico** deu conta que os bancos comerciais não contribuem para a promoção da conta custódia,

reduzindo a probabilidade de os clientes particulares participarem directamente no mercado de títulos da Bodiva. Em sua defesa, diversas instituições bancárias explicaram que a promoção da conta é da responsabilidade da Bodiva.

Natália de Jesus, coordenadora do departamento de liquidação e custódia da Bodiva, confirma o argumento dos bancos, reconhecendo ser responsabilidade directa da Bodiva a promoção da conta, o que tem ocorrido por “diversos canais”.

Tipo de Instrumento	Código de Negociação	Moeda	Negociado Realizado
Bilhete do Tesouro	BA00D15R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O051217R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O150818R	USD	
Obrigação do Tesouro	O151117R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O190218R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O220516R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241113R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241117R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241118R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241119R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241120R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241121R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241122R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241123R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241124R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241125R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241126R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241127R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241128R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241129R	AOA	
Obrigação do Tesouro	O241130R	AOA	

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Mercados & Negócios

ACORDO ENTRE BDA E DEUTSCHEBANK AG, FRANKFURT/MAIN

Carrinho beneficiária da segunda garantia soberana em seis meses



DÍVIDA. Linha de crédito de 1.000 milhões de euros, assinada em 2019, exige garantia soberana para financiar projectos privados. Apenas uma empresa ‘forçou’ o Presidente a conceder duas. No global, já vão mais de 114 milhões de euros.

Por César Silveira

A Carrinho Empreendimento voltou a ser a beneficiária da segunda garantia soberana concedida pelo Presidente João Lourenço no âmbito do acordo quadro entre o BDA e o banco alemão Deutsche Bank AG, Frankfurt/Main, para a instituição financeira alemã financiar com 1.000 milhões de euros o sector privado.

Depois de, em Março, conceder os primeiros 56,992,799 milhões no âmbito do referido acordo, esta semana, o Presidente João Lourenço aprovou nova garantia soberana, desta vez, no valor de 57,450 milhões de euros.

Nas duas ocasiões a beneficiária foi a mesma, a Carrinhos Empreendimentos, empresa sediada em Ben-

guela e que, nos últimos anos, vai ganhando espaço no contexto empresarial. Consta, por exemplo, no grupo dos cinco maiores importadores dos três últimos anos, depois de ocupar a 21.ª posição em 2016 e a 8.ª, em 2017.

Em 2018, por autorização do Presidente da República, foi contratada, por contratação simplificada, para fornecer bens alimentares ao Ministério do Interior para o 2.º, 3.º e 4.º trimestres daquele mesmo ano num contrato avaliado em mais de 45,725 mil milhões de kwanzas.

Em Dezembro de 2019, o Presidente João Lourenço inaugurou o Complexo Industrial Carrinho, composta por 17 fábricas, 15 das quais do segmento alimentar com capacidade de produzir 100 mil toneladas de produtos da cesta básica.

O PORQUÊ DA GARANTIA

A emissão de uma garantia soberana constitui uma das condições para celebração dos contratos de financiamento à luz do acordo, assinado em Maio de 2019, entre o Estado angolano e o Deutsche Bank AG. Ou seja, a instituição alemã só disponibiliza os recursos desde que, entre outras condições, o Estado angolano emita a garantia a favor do projecto privado.

Além da obrigação de emitir a garantia, o Estado fica com o compromisso de assumir o risco cambial. Segundo o acordo, “os desembolsos ocorrerão por meio de pagamentos directos aos fornecedores efectuados pelo DeutscheBank ao passo que o promotor reembolsará o crédito em moeda nacional ao BDA cabendo a este o reembolso ao DeutscheBank em moeda estrangeira”.

Em suma, “todas as diferenças cambiais resultantes da contratação do financiamento à data de reembolso serão suportadas pelo Tesouro Nacional, estando os promotores isentos do risco cambial”, de acordo com BDA.

Até Março deste ano, o BDA, enquanto banco facilitador, tinha registado 19 solicitações, seis das quais cumpriram os requisitos das linhas, tendo formalizado as candidaturas e sido apreciadas em Comité de Crédito.

Entre as candidaturas apreciadas em comité de crédito, regista-se o balanço de quatro aprovações, o que perfaz um montante de candidaturas aprovadas equivalente 157 513 965,24 euros. Todavia, apenas duas candidaturas manifestaram a anuência às condições de financiamento apresentadas.

O BANCO ANGOLANO de Investimentos (BAI) assinou um acordo com o empresário António Mosquito para a transmissão da participação de 100% do capital social do banco no BAI Micro Finanças (BMF).



BANCO SEM BACKUP

SIC investiga ataque ao BPC

BANCA. Investigação é conduzida pelo departamento dos crimes cibernéticos e iniciou mal o SIC tomou conhecimento dos factos pela imprensa. Fonte ligada à recuperação da plataforma avança que o BPC não tem backup do sistema informático.

Por Guilherme Francisco

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) leva a cabo uma investigação para apurar e “compreender os meandros” dos ataques informáticos ao BPC.

Manuel Halaiwa, porta-voz do SIC, revelou ao *Valor Económico*, que, apesar de o banco público não ter feito qualquer participação formal, o departamento de crimes cibernéticos, tão logo tomou conhecimento do sucedido, através da imprensa, abriu uma investigação, pois entende que não podia “ficar de braços cruzados.”

Embora reconheça não se

tratar de uma investigação fácil, Halaiwa garante que o SIC continuará a investigar o caso. “Estamos a fazer um trabalho de investigação, a seu tempo, caso haja resultados, poderão ser tornados públicos”, promete.

No entanto, uma fonte ligada à recuperação da plataforma informática do BPC confidencia que parte da plataforma hackeada não foi possível recuperá-la até ao momento, porque o banco não tem o backup (cópia de todos os arquivos).

O especialista em segurança considera “inadmissível uma empresa que trabalhe com o sistema financeiro não criar backup”. E lembra ser quase “impossível” os piratas informáticos hackearem o backup por não estar numa rede de acesso externo. “É

estranho. Não faz sentido nenhum”, insiste.

Há um mês, o banco sofreu um ataque do tipo ransomware seguido de outros que provocaram o bloqueio da plataforma tecnológica. Neste tipo de ataque, geralmente, os promotores bloqueiam todos os ficheiros e só o libertam com pagamento de resgate em milhões de criptomoedas. Mas, ao *Valor Económico*, o banco negou ter recebido qualquer pedido de resgate dos hackers bem como a informação segundo a qual haviam sido extraídos importantes documentos. O banco adiantou ainda desconhecer o tempo necessário para a recuperação completa do sistema.

Contactado novamente sobre a falta de backup, até ao fecho desta edição, o BPC não se prontificou a responder.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE



Partido no poder não quer apuramento municipal e provincial. Oposição contesta

APURAMENTO DOS RESULTADOS ELEITORAIS

Oposição e MPLA mantêm ‘braço-de-ferro’

Por Redacção

O MPLA não quer que haja apuramento dos resultados nos municípios tão-pouco nas províncias, porque, justifica, “não existe mandato municipal, tão-pouco provincial”.

Esta posição do partido no poder foi confirmada pelo presidente da 4.ª Comissão da Assembleia Nacional, a que trata dos assuntos da Administração Local. Tomás da Silva.

Aliás, o apuramento dos resultados eleitorais no município e o voto no exterior do país são os dois temas fracturantes que dividem o MPLA e a Oposição nas discussões sobre as propostas de alteração à legislação eleitoral, na ‘casa das leis’.

Segundo o deputado Tomás da Silva, compete apenas à Comissão Nacional Eleitoral (CNE) converter os votos em mandatos. “Deste ponto de vista, me parece que vamos [continuar] ter divergências entre o MPLA e a Oposição”, antecipa.

Pelo MPLA, deputado João Pinto avança que o seu partido

tomou esta posição pelo facto de os órgãos da administração local serem desconcentrados da CNE e, diante desse facto, o objetivo – com o posicionamento do MPLA –, é garantir que “não haja confusão” no acto de contagem das mesas”.

A visão de João Pinto é contrariada por Alexandre André, da Casa-CE, para quem a contagem dos votos deve começar na mesa de votos, seguindo-se a produção da acta da mesa que vai dar lugar à acta síntese a ser enviada ao município.

Para o presidente da bancada da única coligação parlamentar, a cópia da acta síntese

deve ser afixada na assembleia de voto para que todos possam ter acesso aos resultados finais da votação, avançando que “não se pode confundir apuramento e contagem na mesa”.

“O que não estamos a aceitar é a suposta transformação dos resultados em mandato dos deputados, a partir da mesa”, esclareceu.

Já pela Unita, o deputado Sediangani Mbimbi, recorre ao slogan do MPLA “melhorar o que está bem e corrigir o que está mal”, para defender que haja melhorias na legislação eleitoral e não continuar com o que considera serem os “erros cometidos

nas eleições anteriores”.

De acordo com o deputado, ao fazer daquele slogan um dos traços distintivos da governação, o Presidente da República demonstrou que “quer construir uma nova Angola voltada à justiça”.

Mbimbi parafraseia um adágio popular para sustentar a afirmação: “aquele que quer construir uma nova aldeia deve, necessariamente, banir todos os problemas que destruíram a aldeia anterior”.

Liberty Chiyaka, presidente do grupo parlamentar da Unita, apelou à “serenidade” e que haja “compromisso com o povo angolano na aprovação das leis que assegurem a transparência das eleições”. Segundo o presidente da 4.ª Comissão, ainda que se trabalhe até à meia-noite, a reunião de amanhã tem de acontecer. “A missão é fazermos tudo para que não haja alteração, nem da data convocada, nem da agenda acertada”, reforçou.

A aprovação definitiva das propostas de lei de alteração à Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais e do Registo Eleitoral Oficioso devem acontecer amanhã, quarta-feira (1 de Setembro).

O primeiro vice-presidente do Grupo Parlamentar da Unita, Maurílio Lueille, acredita, entretanto, que os trabalhos não vão terminar a tempo, daí a necessidade da alteração da data.

CONSUMO AUMENTOU COM A PANDEMIA

Frango na boca de todo o mundo

AVICULTURA. Cresce rápido, está mais leve e é consumido em todo o mundo. EUA, China e Brasil lideram a produção. Em 60 anos, ficou com o tempo de vida reduzido a metade e aumentou de peso para o dobro.

MEMORIZE

● A **avicultura** é o ramo da zootecnia, que se dedica à criação de aves para produção de alimentos, em especial carne e ovos. Entre as espécies criadas na avicultura destaca-se o frango, que é, entre as aves, o produto mais consumido. O Brasil lidera os países exportadores, seguido dos EUA e da União Europeia. Em muito menor escala, há também a criação de outras aves, como perus, gansos, patos, codornizes e avestruzes.

Por Redação

No humor brasileiro, há uma frase histórica que demonstra a pobreza do país nos anos 1970/1980: “quando um pobre come frango, um dos dois está doente”. Hoje, a realidade é bem diferente. O pobre já come mais frango sem precisar de estar no hospital ou de a estar doente.

O Brasil é o segundo maior produtor de frango, atrás dos EUA, mas o maior exportador a nível mundial. Em quase todo o mundo, o frango chega hoje à mesa em maior quantidade e a preços mais acessíveis.

Mas está mais magro e desenvolve-se muito rapidamente. Daí que investir na produção e no comércio de frango é um bom negócio e um sucesso de gestão.

Os números atingidos pela produção norte-americana e brasileira mostram bem a importância do frango. Os EUA chegam a produzir 19,5 milhões de toneladas por ano e quase toda ela é para consumo interno. O Brasil produz cerca de 15 milhões e mais de três milhões são dirigidas à produção. Com a pandemia da covid-19, a produção de frango e a procura cresceram, em média mundial, 14%.

Quando se trata da avicultura, a expressão é mesmo ‘produção’ e não ‘criação’.

Tudo começou com a necessidade do homem em criar animais para servir de alimentação, ainda no período neolítico. Foi a passagem

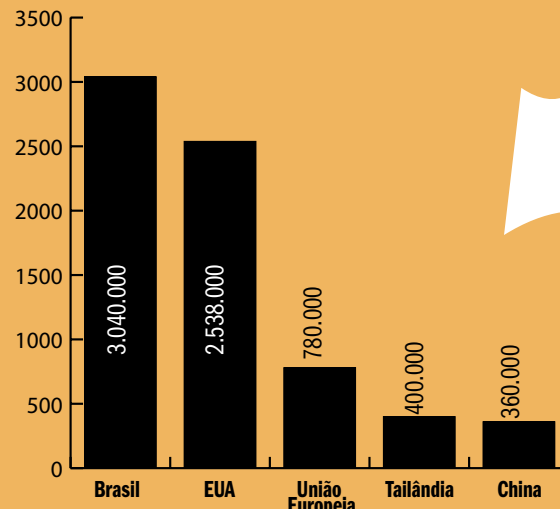
do Homem para um novo estágio de evolução, que lhe permitiu deixar a caça e ficar mais sedentarizado. Depois disso, o frango beneficiou com o radicalismo religioso, em especial o da Igreja Católica, que, na época medieval, resolveu impedir o consumo de carne de animais com quatro patas. A solução passou pelo consumo de aves, com o frango em primeiro lugar.

Já no século XX, o consumo do frango foi impulsionado pela escassez de alimentos, logo após a II Guerra Mundial e ainda pelo desenvolvimento das técnicas da criação, com melhorias no armazenamento através da refrigeração e das incubadoras.

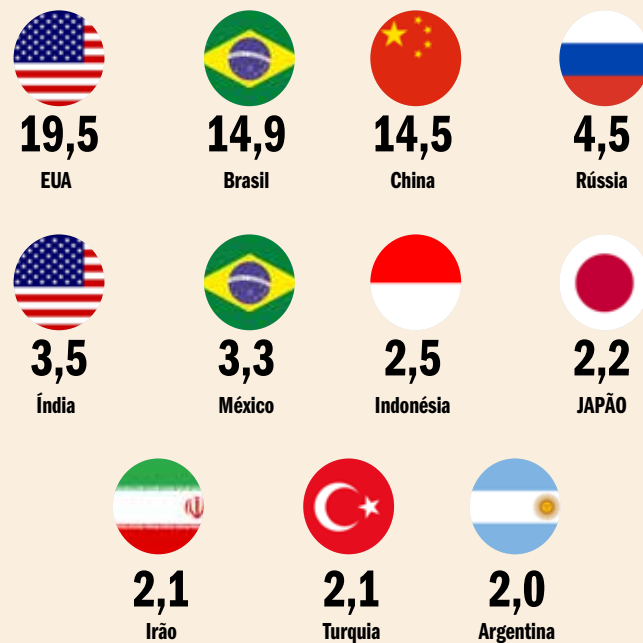
Pioneiros das novas técnicas, os EUA deram o impulso decisivo para fazer do frango um produto industrial, em especial, com o consumo do chamado ‘frango de fábrica’. Na década de 1960, os frangos alcançavam um peso de aproximadamente dois quilos. Aos 80 dias de idade, consumiam 5,800 kg de alimentos. Actualmente, chegam a um peso médio de 2,600 kg em apenas 42 dias de vida, consumindo 4,600 kg de alimentos, na maioria, ração. O crescimento é tão rápido que um pinto com um dia, com 50 gramas, aos 40 dias pode pesar 2,5 kg, ou seja, aumenta 50 vezes o peso.

Em 60 anos, o desenvolvimento das técnicas fez crescer o frango, reduziu o tempo de vida e acelerou o comércio.

Maiores exportadores de frango



Maiores exportadores de frango



Fonte: Organização para Alimentação e Agricultura

2,5

Peso que atingem os pintos hoje com apenas 40 dias

19,5

Milhões de toneladas, produção anual de frango nos EUA

(In)formalizando



NA HUÍLA

Receitas do maior mercado do Sul caem 78%

As receitas mensais do maior mercado do sul do país, localizado no Mutundo, Huíla, caíram 77,7% ao passarem de 9 para 2 milhões de kwanzas, desde a implementação, em Janeiro, da cobrança de taxas por via do Portal do Município.

O director municipal do Lubango para a Promoção e Desenvolvimento Económico Integrado, Fernando João de Oliveira, atribui a situação ao desconhecimento e à falta de documentação dos vendedores, salientando que muitos vendedores, principalmente ambulantes, não têm bilhete de identidade e não pagam taxas.

“A cobrança diária é de 88 kwanzas para os ambulantes, ao passo que para aqueles que ocupam dois metros quadrados, no caso vendedores de bens industriais diversos, pagam mil 976 kwanzas”, detalhou.

Dos 5.752 vendedores registados, apenas 1.600, ou seja cerca de 27,8% estão cadastrados no sistema.

Fernando de Oliveira afirmou que as condições estão minimamente criadas e os pagamentos são feitos via portal, onde o vendedor recebe uma guia e paga no banco. E para os que não têm bilhete de identidade, a situação complica-se, já que é proibido o fiscal receber dinheiro directamente do vendedor.

O responsável referiu ter já contactos com a direcção provincial das Finanças e trabalham no sentido de ultrapassar a situação, para retomarem os trabalhos de cobrança a todos. Além desse constrangimento, Fernando de Oliveira lamentou terem poucos balcões no local, que permitam fazer pagamentos, o que inviabiliza o processo. Inaugurado em 2011, o mercado ocupa uma área de 84 hectares e tem capacidade de seis mil 845 lugares.

Os pagamentos efectuados no portal estão definidos no Decreto Presidencial 47/18, de 14 de Fevereiro, que estabelece as taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da administração local do Estado e os utentes são obrigados a terem um Número de Identificação Fiscal.

DEPOIS DE ABRIL

PR autoriza novo concurso público para a reabilitação do Mercado do Luvo

O Presidente da República aprovou, esta semana, a abertura de concurso público para a construção das infra-estruturas físicas, loteamento, organização e funcionamento dos armazéns aduaneiros na Zona de Comércio Fronteiriço do Posto do Luvo, no Zaire e delegou competências à ministra das Finanças para pratica dos actos necessários e subsequentes.

É a segunda vez que João Lourenço autoriza concurso público visando obras no referido posto fronteiriço. Fê-lo em Abril deste ano, no caso para “empreitada de reestruturação e modernização dos Postos Fronteiriços do Luvo, Kimbata, Massabi, Luau e Chissanda, nas Províncias do Zaire, Uíge, Cabinda, Moxico e Lunda-Norte”. Também em Abril uma delegação composta por técnicos da Indústria e Comércio, Transportes, BNA e AGT visitou o local e, na ocasião, o secretário de Estado do Comércio, Amadeu Leitão Nunes, garantiu que a formalização do comércio transfronteiriço efectuado no Luvo está nas prioridades do Executivo e que esta formalização passa construção de um armazém aduaneiro e uma plataforma logística.

O governante referiu que o armazém aduaneiro ocupará uma área de 17 hectares, ao passo que o entreposto logístico se estenderá num espaço de 92 hectares, mas sem adiantar custos.

O mercado fronteiriço do Luvo, a céu aberto, existe desde a década de 1980, mas foi impulsionado com o alcance da paz, em Abril de 2002, movimentando, actualmente, milhares de feirantes e de toneladas de mercadorias.



NO KWANZA-NORTE

BDA financia mais de 500 milhões em projectos agrícolas

OBanco de Desenvolvimento de Angola (BDA) disponibilizou, de Novembro de 2020 até ao momento, cerca de 547,979 milhões de kwanzas às cooperativas agrícolas e aos operadores de comércio e de distribuição do Bengo.

O chefe do departamento do comércio do gabinete provincial do Desenvolvimento Económico Integrado do Bengo, Valdemiro Miranda, garantiu que este financiamento beneficiou 12 cooperativas agrícolas com o valor de 340 milhões de kwanzas e seis operadores de comércio e de distribuição com 272 milhões e 979 mil kwanzas.

Segundo Valdemiro Miranda, as cooperativas estão a sobrepôr na aquisição de insecticidas, sementes, alfaias, sistemas de rega e aumento das áreas de produção através de trabalho mecanizado e manual.

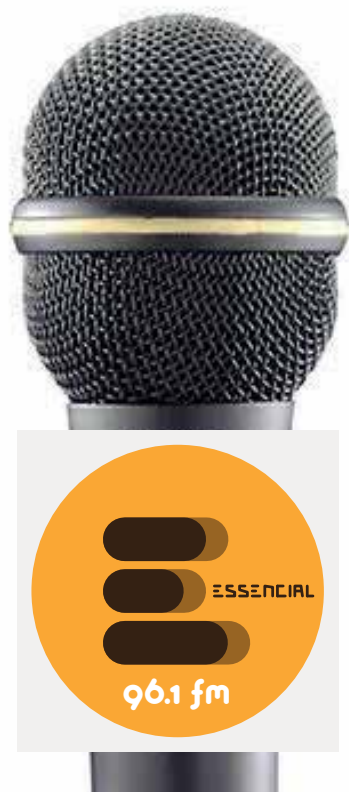
No âmbito do Prodesi, o processo de financiamento de cooperativas e empresas vai continuar e apelou aos beneficiários a honrar as cláusulas contratuais previstas nos termos assinados com o BDA.

No domínio dos Transportes de Mercadorias, 20 candidatos seleccionados por meio de um concurso público vão beneficiar de viaturas de transporte de carga, no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural (PIDCR). Dos apurados, constam sete do município do Dande, quatro do Ambriz, três dos Dembos e dois do Bula Atumba, do Nambuangongo e do Pango Aluquem.

Os operadores dos transportes receberão viaturas com capacidade de até 6,5 toneladas, no valor de 40 milhões de kwanzas. Estes irão pagar o valor de 9,6 milhões de kwanzas por cada viatura, ao longo de quatro anos, à razão de 200 mil kwanzas por mês.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Por esta altura do ano, até há uns cinco anos, costumava andar a fanfarra na rua com as instituições, os políticos, os milhentos gestores públicos que temos e afins, a acotovelarem-se para com o máximo estrondo, a máxima 'brilhancia brilhosa' dar os parabéns ao 'timoneiro, arquitecto da paz, o clarividente cujas dimensões magnânimas e estratégicas eram de um indescritível oxigénio que abençoava a mando inequivocamente divino, Angola com uma liderança visionária'... Enfim o português era desdobrado horas a fio em elogios que concorriam entre si em busca de uma originalidade sumptuosa que se ia tornando cada vez mais difícil, já que o homem, não só era mais velho, como estava no poder há mais de três décadas pelo que já quase todos os elogios lhe haviam sido aplicados e se iam tornando gastos. Era assim todos os anos, até que o homem escolheu entre os elogiadores como seu sucessor, liderar o movimento que agora lhe atribui, e aos seus, o rótulo de marimbondo, tirar a sua face da moeda nacional e virtualmente torná-lo proscrito no seu próprio partido que agora fala nele quando se sente obrigado a isso, e com pinças, escolhendo com muito cuidado o que vai dizer e como vai dizer para não aborrecer o novo chefe que já deixou claro que abomina a sombra do anterior. Pergunto-me como é que é possível levar pessoas duas caras a sério? Se nem entre eles têm qualquer pudor em virar a casaca de forma tão evidente, como é que diabo se pode acreditar no que quer que digam? Se os políticos traem e viram as costas a um antigo 'deus sol' que veneravam tão efusiva-

mente, que dificuldade terão em trair o que prometem a cidadãos anónimos cidadãos que nem conhecem? Que dificuldade vão ter em prometer o que não tem qualquer intenção de cumprir?

A resposta a esta pergunta pode ser evidente, mas a lição subjacente não tão evidente, é a de que as expectativas nos políticos, sejam eles de que formação política forem, devem ser sempre comedidas para evitar desilusões. Esta tendência para a deificação de líderes políticos é sempre negativa. Os políticos são pessoas e as pessoas são falíveis, faz parte da condição humana. A esperança que podemos ter é a de que se esforcem para fazer o melhor que podem pelo colectivo, pelo país, em vez de fazerem o melhor que podem pelos seus interesses pessoais.

A propósito do quão negativo é o culto da personalidade, em Portugal, o vice-almirante Gouveia, o homem encarregado da missão de vacinação, e a quem foi atribuída uma medalha de excelência na semana que passou, questionado por jornalistas que tentavam antecipar-lhe uma inclinação para um futuro político, disse o seguinte em tom de desabafo: "qualquer ser que apareça como salvador da pátria é mau para a democracia porque a democracia se salva em conjunto. Não é uma personagem que salva a democracia, isso cheira a outra coisa, não quero ser essa pessoa."

Infelizmente, em Angola e em África conhecemos bem esse 'cheiro' nauseabundo a salvadores da pátria. Esses que constantemente se auto-aplaudem e esperam aplausos pela sua 'genialidade estratégica e coragem'... e são sempre personagens más para a democracia, como dizia o almirante.

Quando vejo entre nós os exaltamentos cegos a uma ou a outra figura preocupa-me, pior nos jovens, esta incapacidade de reconhecer que a democracia se salva em conjunto, que 'super-homens' pertencem ao reino da ficção, e sobretudo que, em vez de estarmos à espera de salvadores da pátria, devemos tentar salvar-nos uns aos outros,



Infelizmente, em Angola e em África conhecemos bem esse 'cheiro' nauseabundo a salvadores da pátria. Esses que constantemente se auto-aplaudem e esperam aplausos pela sua 'genialidade estratégica e coragem'....

apostando, sobretudo, no fortalecimento das instituições que nos servem a todos.

Porque um dos redutos da salvação do país, não só a nível económico, mas também social, é indiscutivelmente a agricultura, vale lembrar as palavras do entrevistado do *Valor Económico* da semana que passou, que vão um pouco ao encontro desta necessidade de fazermos por nós e de apostarmos em instituições em vez de esperar salvação da parte dos 'homens fortes' do Governo. O líder da Unaca dizia que "não é elegante que o Governo distribua adubos" por exemplo, ou tractores que são oferecidos sem que exista formação para o uso ou sequer manutenção resultando em que pouco depois os tractores oferecidos estejam parados sem serventia e avariados. Dizia também: "é interessante ver na TV que o Governo

visitou e deixou materiais a custo zero" e lembra que "é preciso formar o camponês, inseri-lo numa cadeia de produção, dar-lhe acesso a crédito" – instituições e sistemas em vez de 'salvadores'. Particularmente instituições em vez de salvadores que fazem ofertas quando interessa aparecer na foto a fazer doações, (que, aliás, agora que nos aproximamos de eleições, vão aumentar substancialmente apesar de saírem dos cofres públicos) e que são tão contra-lógica económica de uma economia de mercado. Estas doações, em termos de lógica anti-mercado e de lógica de Estado que cria dependências e que se posiciona como totalitário, tem também eco na narrativa do controlo de preços pelo Governo. Pergunto-me se baixar os preços da cesta básica de forma administrativa fosse boa estratégia económica, e não só um paliativo eleitoral, então porque é que não baixaram os preços da cesta básica há mais tempo? E agora pergunto eu, a proximidade de eleições já nos fez esquecer que somos uma economia de mercado? Mais uma vez, qual é o investidor internacional sério que vai querer investir numa economia em que a qualquer momento o governo dita o preço a que ele pode vender os seus produtos? Produtos que, porque pouco se produz no país sem recurso a alguma matéria-prima comprada lá fora, mais provavelmente comprou lá fora ainda a um valor de mercado? É por estas e por outras que os investidores se fiam em números, e não nos que os políticos dizem. Porque, aqui, as mesmas bocas que se enchem para defender políticas de controlo administrativo de preços são as mesmas que dizem "venham investir porque somos uma economia de mercado"... Confusos.

O líder da Unaca sugeria que, em vez das ofertas de tractores e de insumos, que se criassem incentivos de facto, se investissem as cooperativas agrícolas, que se apoiassem as fábricas que podem produzir esses insumos e simultaneamente criar emprego para os jovens. As soluções e as sugestões estão aí. O problema parece estar mesmo na insistência nos 'salvadores da pátria' e nas suas 'doações' pagas por todos nós. Figuras que, porque vivem de palmas, à espera de palmas, vão dando continuidade à dependência dos governados, figuras, sem qualquer dúvida, e subcrevendo as palavras do almirante, "más para a democracia".

Para além dos desafios de 2021, as instituições terão de adaptar de forma tempestiva os mecanismos implementados sobre esta temática.

Colaterais hipotecários – A importância na gestão de risco das Instituições Financeiras

ANÁLISE. A importância dos colaterais hipotecários no processo de avaliação de risco dos créditos a clientes



Ana Azevedo Branco,
Manager EY,
Assurance Financial Services

No processo de avaliação de risco de um cliente, tanto no momento da concessão de crédito como durante a vigência do contrato, os colaterais contratados tendem a representar um mitigador de risco bastante importante.

Actualmente, as instituições apresentam na sua esfera de gestão de risco um peso significativo associado às hipotecas de imóveis recebidas como garantias nos créditos concedidos. O instrutivo supracitado estabelece os aspectos que deverão ser considerados para a análise da adequação das avaliações destas garantias, incluindo toda a documentação de suporte que deverá comprovar a titularidade dos imóveis por parte dos clientes.

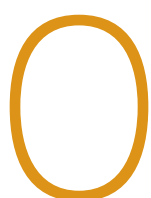
Adicionalmente, a directiva n.º 01/DSB/2020 de 30 de Outubro, vem, uma vez mais, reforçar alguns

requisitos associados às avaliações e aos peritos avaliadores, nomeadamente: i) a avaliação destas garantias deverá ser em moeda nacional, sem qualquer referência a uma moeda estrangeira, e ii) os peritos avaliadores deverão estar registados na Comissão de Mercados de Capitais (CMC), autorizados a realizar avaliações de imóveis de organismos de investimento colectivo e ser independentes das Instituições Financeiras Bancárias. Previamente, também já se encontrava definido que não seria possível “um mesmo perito avaliador concentrar mais de 33,33% das avaliações a realizar ou mais de 33,33% dos montantes objecto de avaliação”.

Neste contexto, as instituições deverão rever as avaliações de forma a dar resposta a estas novas exigências. Importa salientar que,

de forma geral, as avaliações são um custo da própria instituição e que as mesmas deverão também ser actualizadas de acordo com a periodicidade exigida (no mínimo de dois em dois anos). Igualmente, a imposição da inscrição dos peritos avaliadores na CMC diminui o leque de alternativas, situação que poderá aumentar substancialmente o tempo de resposta da actualização dos relatórios.

Em suma, com a publicação destes normativos, depreende-se a preocupação crescente do regulador sobre as garantias apresentadas pelos clientes assim como a gestão das mesmas por parte das Instituições Financeiras. Para além dos desafios de 2021, as instituições terão de adaptar de forma tempestiva os mecanismos implementados sobre esta temática.



O Instrutivo n.º 08/2019, de 27 de Agosto, estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras

Bancárias devem observar para o apuramento de perdas por imparidade para a carteira de crédito, de acordo com a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos Financeiros.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Edição 273 Likes 574 Partilhas 29

A capa da edição 273 do Valor Económico alcançou mais de 21 mil dos perto de 45 mil internautas que as publicações na página do Facebook esta semana registaram e que tiveram mais de 6 mil interações entre partilhas, emoções e comentários. Os temas mais comentados foram a cesta básica e o editorial do VE que analisava os 4 anos de governação de João Lourenço.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Vítor Dias

O termo camponês deve ser utilizado unicamente ao assalariado que trabalha a terra. Trata-se dum termo de conotação comunista e depreciativo para o agricultor que sim este é o termo correcto ou fazendeiro para os donos das fazendas (áreas de grande dimensão)



Frank Augusto

"Cartéis na importação". Eu sempre soube da máfia, o que nos falta é a prova q nunca saberemos como obter.



Koza Afonso KZ

Não diria propriamente missão impossível, eles sabem quem são os grandes importadores, NOBLE GRUPO (que tem na back ANGOMART, NOSSA CASA) GUPO ZAHARA (a falecida KERO, NOSSO SUPER), CARINHO (que detém o BEM BARATO com os produtos TIO LUCAS) NEWACO (que detém os supermercado PRESMART) e a lista se estende com SHOPRITES, ALIMENTA ANGOLA e MEGA. Uma boa conversa com redução de impostos nem que for até as eleições, eles vão conseguir. Pena que o povo é ou faz-se de



Kimbamba Kimbamba

Koza Afonso KZ Falta aí a Angoalissar



João Rebelo Baptista

Primeiro e preciso saber de que é composta a cesta básica. Depois saber as razões das dificuldades. Porque acho que tudo que compõe uma cesta básica temos em território nacional. Ou temos de importar alguma coisa da cesta básica? Vê lá se na cesta básica tem azeite, chocapic, estrelinhas, salmão etc...



Carlos Marques

João Rebelo Baptista ?? Angola produz o quê? A que preços? Com que qualidade? Ilustre, pesquisar, antes de dar opiniões avulso !



João Rebelo Baptista

Carlos Marques Produz o quê? Já vi que não deve sair de Luanda. Por isso que me faz está pergunta. Saia um pouco da capital e vai ver se produz ou não. Consegue me dizer que produtos fazem parte da cesta básica ou não?



Roberto Mancino

João Rebelo Baptista sabes que os produtos nacionais são mais caros dos produtos importados, e que a qualidade não é boa??? Vive aonde?



João Rebelo Baptista

Roberto Mancino Independente dos produtos serem mais caros, se produz o governo é que deve fazer parcerias com estes produtores e escoar estes produtos para as grandes superfícies e os preços devem ser tabelados. Não pode ser cada um com o seu preço e a seu belo prazer. Quanto à qualidade depende de cada um. Nem tudo o que o Roberto gosta eu sou obrigado a gostar



João Rebelo Baptista

Roberto Mancino O KERO teve e ainda tem problemas com a justiça por causa dos antigos proprietários. Neste momento não conta para estatística nenhuma porque está em concurso público. Mas temos aí outras grandes superfícies. O governo (neste caso quem tutela esta pasta) tem que intervir nisto com seriedade. Nós temos muitos produtos da cesta básica produzidos cá e com qualidade. Temos óleo, massa tomate, açúcar, leite manteiga, queijo, iogurte, frutas etc e podemos incluir tomate cebola, batata rena, doce, couve repolho etc. Agora é preciso quem tutela saber gerir e tabelar os produtos com preços únicos. Por exemplo. O governo deve fazer cedência de terrenos para agricultura familiar. Está aqui o terreno os materiais necessários um tractor pode servir para 4 ou 5 famílias. Uma semana para cada familiar usar o tractor, adubos sementes, enxadas, catanas etc. Você cultiva no terreno que eu te cedi somente tomate e couve, o outro só batata, rena e doce o outro só cebola e pepino etc o mesmo aplica-se para as indústrias nos polos industriais. Contrato com o estado de X toneladas de óleo vegetal, de açúcar de bolachas de água e sal e doce. Eu estado compro os produtos e vou escoar para as grandes superfícies. Nas grandes superfícies compete as actividades económicas fiscalizarem com seriedade. Não e irem para as lojas fazerem barulho com os sapatos e de cara trancada cheios de arrogância identificam as falhas não fazem nada. Só estamos a ver a saírem de lá com um carro de compras todos felizes. Quem falhar em inventar preços deve ser penalizado e ponto final. Infelizmente isto não tem acontecido. Vais a uma loja o preço do tomate e X vais a outra e Y. Como é possível o leite e a manteiga da Lactiangol são mais caros que os importados. Epá isto é muito estranho. Mas que temos tudo aí a mão temos. Só não acontece porque não querem ou alguém se beneficia.

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

AUSTRÁLIA

Prolongado confinamento na segunda maior cidade

Melbourne, a segunda maior cidade da Austrália, vai ficar sob um confinamento prolongado, anunciaram as autoridades, que estão a tentar conter um surto da variante delta do novo coronavírus.

Sob confinamento há um mês, numa medida que afecta sete milhões de pessoas, as autoridades de Melbourne, no estado de Vitória (sudeste), tinham previsto o regresso à normalidade a 2 de Setembro.

O primeiro-ministro do estado, Dan Andrews, disse que, devido a um número crescente de novos casos de covid-19, o levantamento deixou de ser uma opção.

Este é o sexto confinamento na cidade desde que a pandemia começou. Os residentes estão também sujeitos ao recolher obrigatório e a um número limitado de autorizações de saída.

“Ainda temos demasiados casos na população e durante demasiado tempo para nos abirmos e devolvermos... aquelas liberdades que prezamos e que todos desejamos recuperar”, disse Andrews.

O governante não adiantou qualquer data para o fim das restrições e indicou que estavam a ser consideradas “todas as opções”.



SUSPEITAS DE CONTAMINAÇÃO

Japão suspende novos lotes de vacinas da Moderna

As autoridades da região de Okinawa, no Japão, suspenderam o uso da vacina da Moderna para a covid-19 após a descoberta de novos lotes contaminados.

A decisão surge um dia depois da abertura de uma investigação pelo Ministério da Saúde à morte de dois homens que receberam a vacina da Moderna contra o novo coronavírus, provenientes de lotes com 1,63 milhões de doses, após relatos da presença de impurezas em certas embalagens do produto.

A região de Okinawa, no Sul do Japão, decidiu “suspender o uso das vacinas Moderna por terem sido detectadas substâncias estranhas em alguns lotes”, segundo indica um comunicado divulgado pelas autoridades locais.

Os lotes afectados por esta contaminação são diferentes dos que foram suspensos após a descoberta de impurezas em alguns frascos, de acordo com as notícias locais.

Esta decisão surge depois de ter sido conhecida a morte de dois homens, de 30 e 38 anos, após rece-

berem a segunda dose da vacina da Moderna de um dos três lotes suspensos a 26 de Agosto. Os dois homens não apresentavam problemas de saúde ou histórico de alergias.

O Ministério da Saúde anunciou a abertura de uma investigação para determinar a causa daquelas duas mortes, especificando que “a relação de causa e efeito com a vacinação permanece até hoje desconhecida”.

Num comunicado emitido pela Moderna, a empresa refere que não tem “qualquer evidência de que essas mortes sejam causadas pela vacina Moderna covid-19, e é importante conduzir uma investigação formal para determinar se há alguma ligação”.

A Moderna acrescenta que está a trabalhar com o distribuidor Takeda e o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar para “investigar as duas mortes”.

Estas doses já tinham sido enviadas para mais de 800 centros de vacinação no país.

APENAS COM VACINAÇÃO COMPLETA

Emirados Árabes abrem entrada a turistas

Os Emirados Árabes Unidos anunciaram que começarão a emitir vistos a todos os turistas com vacina completa contra a covid-19, um mês antes do início da Exposição Universal 2020.

A medida surge num contexto de abaixamento do número de infecções neste país do Golfo, com menos de mil casos durante vários dias consecutivos na semana passada, pela primeira vez em vários meses.

A Expo-Dubai, prevista para 2020, foi adiada um ano devido à pandemia.

A decisão de reabrir a entrada aos turistas de todo o mundo vacinados visa “alcançar a recuperação sustentável e o crescimento da economia durável”, segundo a agência oficial WAM.

Para entrar nos Emirados, será necessário fazer prova de vacinação completa com uma das vacinas aprovadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ou seja, AstraZeneca, Johnson & Johnson, Moderna, Pfizer/BioNTech, Sinopharm e Sinovac.

“A decisão aplica-se aos cida-

dãos de todos os países, incluindo os que provêm de países anteriormente interditados”, escreveu a WAM, precisando que todos os passageiros com visto turístico terão obrigatoriamente de fazer um teste RT-PCR no aeroporto.

Os Emirados Árabes Unidos integram sete principados, tendo a vida regressado praticamente ao normal em todo o país, mantendo-se, contudo, a obrigação de cumprir regras estritas de distanciamento social e uso de máscara no exterior e em lugares públicos na capital, Abu Dhabi, e no Dubai.

Com a abertura, em Outubro, da Exposição Universal, o Dubai, cuja economia tem assentado, nos últimos anos, no turismo e no entretenimento, espera encher-se de visitantes, depois de ano e meio marcado pela crise sanitária.

O Dubai foi um dos primeiros destinos turísticos a abrir as portas aos visitantes internacionais em Julho de 2020, em plena pandemia de covid-19, medida seguida por Abu Dhabi no final de Dezembro.



PREVISTA inicialmente para 6 de Setembro, o Governo antecipou o fim da cerca sanitária a Luanda que vigorava desde Março de 2020 devido à Covid-19 para 01 de Setembro.

CONTRA CERTIFICADO E VACINAS

Dezenas de milhares voltam a manifestar-se em França

Várias dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se por toda França contra o certificado de vacinação exigido pelo governo e contra a toma das vacinas, numa mobilização que se repete pela terceira semana consecutiva.

No final do dia, o Ministério do Interior francês anunciou que tinha contabilizado 160.000 manifestantes nas 222 marchas de protesto realizadas em todo o país, das quais 14.500 ocorreram em Paris.

Já o grupo activista Le Nombré Jaune, que publica a conta-

gem cidade por cidade, contou na “primeira estimativa”, pelo menos, 319.290 manifestantes em toda França, em comparação aos 357.100 de há uma semana.

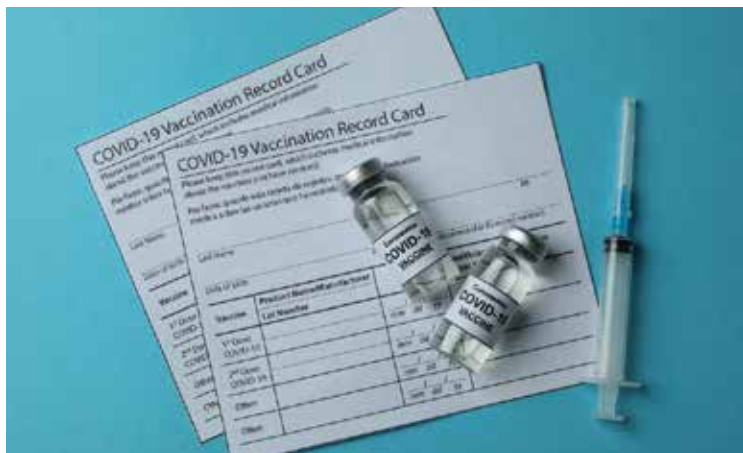
Além das quatro marchas parisienses, as maiores manifestações tiveram lugar em Montpellier, no sul, (9.500 pessoas) e Mulhouse, no leste da França, (5.000). De acordo com as prefeituras, havia também 4.000 em Toulon (sul) e Annecy, 3.000 em Marselha (sul) e 2.500 em Lyon (sudeste).

“A vacina não é a solução”, disse Hélène Vierondeels, uma

professora do ensino público reformada, em plena manifestação parisiense organizada pelo movimento nacionalista de Florian Philippot, Les Patriotes, uma antiga figura da Frente Nacional.

Alguns dias antes do início do ano lectivo, muitos manifestantes em Bordéus (sudoeste) reiteraram a recusa em vacinar as crianças.

“Não somos ratos de laboratório”, disse um rapaz de 11 anos à agência de notícias francesa AFP, juntamente com o pai, de 46 anos.



EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Rio de Janeiro exigirá certificado de vacinação

A cidade brasileira do Rio de Janeiro vai seguir os passos de São Paulo e também exigirá um certificado de vacinação contra a covid-19, a partir de 1 de Setembro, para permitir acesso a vários locais públicos.

A Prefeitura do Rio de Janeiro determinou num decreto municipal publicado a verificação obrigatória de vacinação para entrar no “interior de estabelecimentos e dependências de uso colectivo”, como pontos turísticos, museus, feiras, academias, teatros, pistas de patinagem, circos e cinemas, entre outros.

O decreto, que consiste em quatro medidas, inclui também a certificação de vacinação para cirurgias não essenciais, como as cosméticas.

A medida, no entanto, deixou bares, restaurantes e ‘shopping centers’ fora da lista.

As actividades em boates, discotecas e festas continuam proibidas até 13 de Setembro, quando o cenário sanitário será reavaliado.

As pessoas que não completaram o ciclo de vacinação com as duas doses exigidas também devem comprovar que estão em processo de imunização por meio de cartão físico ou de aplicativos móveis dos órgãos oficiais de saúde.

Para o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o certificado é um passo na direcção da normalização e de “conviver com a doença até que ela seja erradicada”.

Por isso, acrescentou que a partir de Setembro os turistas serão bem-vindos, mas terão de respeitar as disposições tomadas.

São Paulo anunciou uma medida semelhante, que incorporaria bares, restaurantes e centros comerciais, mas depois as autoridades indicaram que seria opcional para esses locais. A legislação vale para eventos, seminários e feiras.

ISRAEL

Anunciada vacina para toda a população

Israel anunciou que alarga a aplicação da terceira dose a toda a população apta para a vacina contra a covid-19, que, no país, é para os maiores de 12 anos.

“A terceira dose está disponível para todos”, anunciou em conferência de imprensa o director-geral do Ministério da Saúde, Nachman Ash, que lidera a estratégia de Israel para a covid-19.

Israel começou a aplicar a terceira dose, em finais de Julho, a pessoas imunodeprimidas e a maiores de 60 anos, para ir ampliando progressivamente a idade até ter hoje a vacina disponível para todos os cidadãos com mais de 12 anos.

Segundo o Ministério da Saúde, Israel superará a cifra de dois milhões de pessoas com a terceira dose.

O único requisito para a receber é terem passado cinco meses desde a segunda toma da vacina, que, em Israel, foi recebida por quase 5,5 milhões de pessoas desde que teve início a inoculação com a Pfizer, em Dezembro, apesar de cerca de 1,1 milhões de israelitas terem renunciado à vacinação.



DOADOS POR PARCEIROS

Guineenses exigem auditoria à gestão de fundos

Organizações da sociedade guineense exigiram ao Tribunal de Contas que abra um processo de auditoria aos fundos e apoios doados por parceiros internacionais para o combate à covid-19. A posição consta de um comunicado do chamado espaço de concertação que esteve reunido para analisar as novas medidas anunciadas pelo governo para conter o avanço de infecção pelo novo coronavírus.

Após críticas à actuação do Alto Comissariado contra a Covid-19, que entre outras, é acusado de nada ter feito perante atitudes que potenciam o alastramento da doença, as organizações querem uma auditoria à forma como os fundos são geridos na instituição. “Exigir uma auditoria do Tribunal de Contas e demais entidades competentes sobre a gestão dos fundos e materiais doados pelos parceiros internacionais no âmbito dos esforços de combate” à covid-19, lê-se no comunicado.

Para as organizações da sociedade, “é incompreensível a impermeabilidade” do Alto Comissariado contra a Covid-19 e “constatar que as recomendações só se aplicam ao cidadão comum”.

Consideram ainda que o recolher obrigatório decretado pelo Governo, como uma das medidas para conter o alastramento da covid-19, é inconstitucional, porque a Constituição do país só o permite em sede de estado de sítio ou de emergência e devidamente aprovado pelo parlamento.

Marcas & Estilos



Um recorde atrás do outro Sem restrições

O relógio da Octo Finissimo vem numa caixa distinta de oito lados. Foi lançado em 2014 como o movimento de turbilhão mais fino do mundo, com apenas 1,95 mm de espessura – recorde que ainda não foi quebrado. O design elegante é agora uma assinatura Bulgari, e a casa tem estado ocupada nos últimos anos criando um modelo recorde após o outro.

O designer Shaun Leane tornou-se conhecido pela habilidade técnica e habilidade manual dos brincos de pena com mais de 1.000 diamantes de lapidação brilhante. Este par de punhos de diamante com 328 pedras de lapidação brilhante levou três meses para criar.



AUTOMÓVEL

Com maior autonomia de sempre

Este é, então, o Polestar 1, o 'Híbrido Elétrico de Altas Performances', o primeiro carro de produção em série que a nova marca eléctrica da Volvo faz chegar às estradas. Um Grand Tourer com carroçaria de fibra de carbono, propulsão híbrida e potência explosiva.

Pelo menos do lado de fora, leva a questionar-se sobre as raízes, mas o Polestar 1 é baseado na mesma arquitectura SPA (Scalable Product Architecture) do Volvo S90.

O Polestar 1 é atraente, com um estilo bem mais desportivo e dinâmico a exibir-se cada vez que se detém num semáforo com os 4,58 metros de comprimento, 1,96 de largura e apenas 1,35 de altura prontos para disparar sobre a estrada quando a luz verde acende.

AGENDA

LUANDA

DE 2 A 5 DE SETEMBRO

Festival Cultural – Conexões, Letras e Artes", entre as 09h00 e as 19h00, nos jardins do Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN). A ideia é promover a cultura nas variadas manifestações artísticas com 60 expositores.

DE 9 A 10 DE SETEMBRO

Centro de Convenções Talatona acolhe mais uma edição do 'Angola Oil & Gas', com o tema central 'Angola Indústria do Petróleo e do Gás: O Roteiro para a Regeneração e Crescimento'.

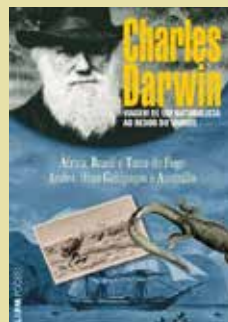
ATÉ 17 DE SETEMBRO

Inauguração da exposição 'Formas e Tamanhos' do artista Júlio Pinto, na Galeria Tamar Golan, às 18h00. De segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00 na galeria de arte contemporânea da Fundação Arte e Cultura.

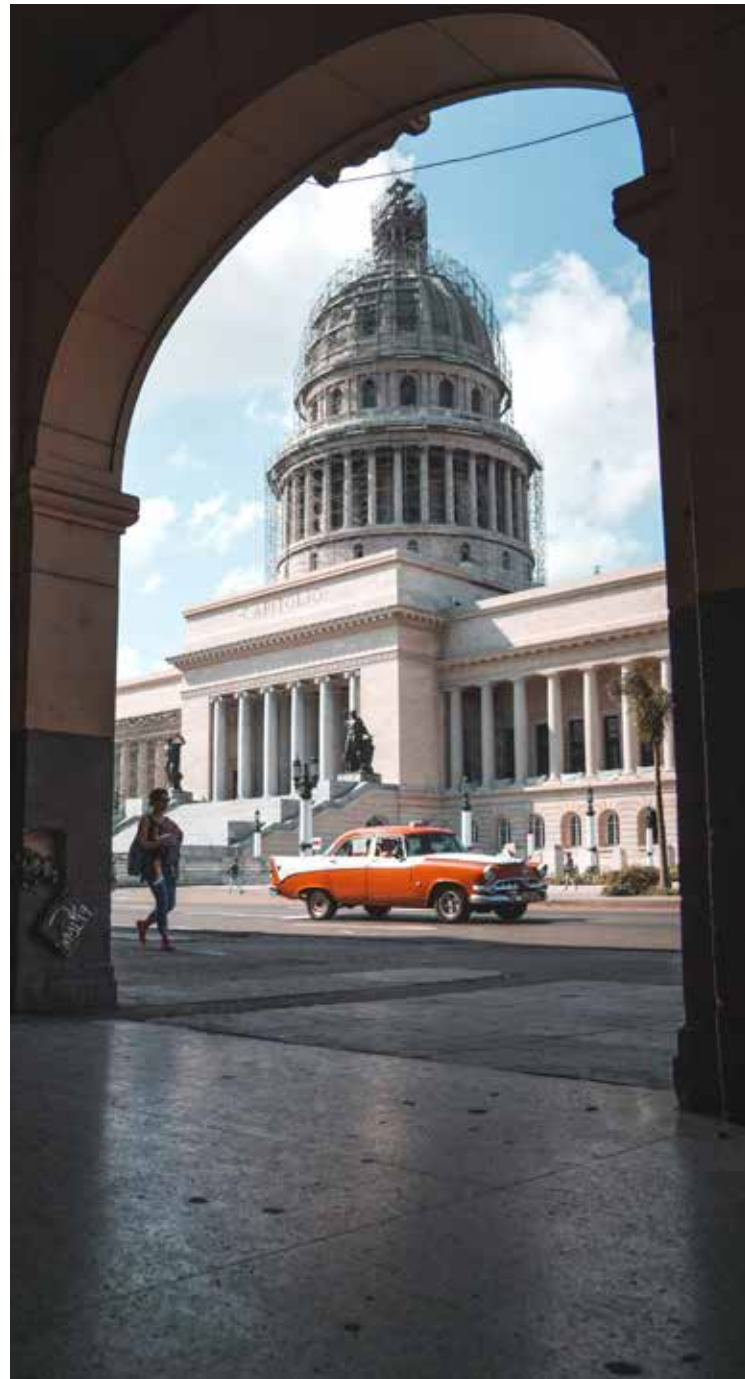
LIVROS



EM MEIO aos ensaios, vemos surgir três perspectivas complementares do Design. São diferentes formas de encarar a existência, as diversas utilidades e inutilidades, as dimensões morais e estéticas, os percursos históricos e teóricos, as características e potências específicas.



EM 1831, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), com apenas 22 anos, embarcou no navio Beagle para participar de uma expedição que duraria até 1833. A jornada acabou estendendo-se por cinco anos.



TURISMO

Flutuando no tempo

Apesar de mais de meio século de tentativas americanas de mudar o modo de vida no país, o compromisso contínuo de Cuba em definir a própria agenda económica criou uma capital verdadeiramente única.

Ao anoitecer na Velha Havana, vêem-se portas fechadas, postes de luz turvos e Fords de 50 anos criam uma atmosfera rica, pegajosa e misteriosa. Ernest Hemingway e Graham Greene escolheram definir os livros aqui, mas não precisaria nem mesmo de uma fracção do talento desses autores para imaginar a própria narrativa convincente baseada em Havana. Cuba é tanto uma ideia quanto um país, com tramas que parecem evoluir, fundir-se e torcer-se constantemente, sem nunca realmente mudar a história geral de muitos dos habitantes.

É fácil achar que Havana congelou no tempo, mas não! O que acontece é que simplesmente o relógio aqui avança de forma tão lenta e tão suave que parece que está a flutuar com um charuto numa das mãos e um mojito na outra.

Educação & Tecnologia

FUNCIONAVAM ILEGALMENTE

Encerradas 4 IES privadas

Pelo menos, quatro instituições do ensino superior privadas em Luanda, no Bengo e no Huambo estão a funcionar de forma ilegal.

O alerta é do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) que, nesta terça-feira, anunciou o encerramento dos institutos superiores Universitário Privado da Boavista e Politécnico de Ramiros, ambos em Luanda; o Instituto Superior Politécnico do Panguila, no Bengo, e o Instituto Superior Politécnico São Pedro, no Huambo.

Segundo o MESCTI, numa nota enviada ao Valor Económico, foram realizadas de vitórias técnicas para se aferirem as condições técnico-pedagógicas, infra-estruturais, corpo docente e recursos educativos, com vista à criação, ao abrigo de um Decreto Presidencial.

“Após avaliação dos referidos elementos, as Instituições de Ensino Superior discriminadas obtiveram resultado negativo, pelo que foi indeferido o pedido da sua criação”, avança a nota.

As instituições, de acordo ainda com o MESCTI, fun-

cionam ilegalmente e os cursos também são ilegais. Assim, considera que todos os actos praticados, os benefícios concedidos e os títulos académicos eventualmente outorgados são inválidos e sem quaisquer efeitos académicos.

Estão disponíveis, para o presente ano académico, 151.926 vagas.

Angola dispõe de 21 universidades, 11 das quais públicas e 10 privadas; 68 institutos superiores, 16 públicos e 52 privados; seis escolas superiores, quatro públicas e duas privadas, perfazendo um total de 96 instituições do ensino superior, das quais 32 públicas e 64 privadas.

O arranque do ano académico 2021/2022 está previsto para 4 de Outubro.

VAGAS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO

Ciências Sociais, Comércio e Direito - **65.825**
Engenharia, Indústria e Produção - **27.544**
Saúde e Protecção Social - **21.752**
Educação - **18.539**
Humanidades, Letras e Artes - **14.958**
Ciências - **1.845**
Agricultura, Florestas e Pescas - **1.463**



COM MAIS DE 175 MIL ALUNOS

Aberto ano lectivo 2021/2022

O ano lectivo 2021/2022 é oficialmente aberto esta terça-feira, 31 de Agosto, num acto simbólico a realizar-se no Kuando-Kubango.

Segundo a ministra da Educação, estão disponíveis em todo o país, no sistema de ensino público, cerca de cinco mil novas salas de aula, que vão permitir o ingresso, pela primeira vez, de 175 mil alunos da iniciação, primeiro e segundo ciclos do ensino secundário.

Numa visita a algumas escolas em Menongue, Luísa Grilo garan-

tiu igualmente estarem criadas as condições técnicas e materiais para o início do presente ano lectivo em todo o país.

Para o presente ano escolar, de acordo com a ministra da Educação, o país conta, nas 18 províncias, com mais de 14 mil escolas, do primeiro ao segundo ciclo do ensino secundário, e mais de 200 mil professores.

Numa altura em que o país enfrenta a pandemia da Covid-19, Luísa Grilo assegura que todas as escolas do país têm as condições criadas em termos de biossegurança, estando os professores, pessoal administrativo e alunos protegidos de qualquer infecção.

“Neste momento todos os directores nacionais e outros quadros seniores do Ministério da Educação foram desdobrados pelas 18 províncias, com o propósito de constatarem no terreno as condições criadas para que o ano lectivo 2021/2022 decorra sem sobressaltos e seja coroado de êxitos.”

A ministra Luísa Grilo reconhece haver um número considerável de crianças fora do sistema, no entanto, garante que o Governo está a trabalhar para a construção de mais escolas, assim como para que todas as escolas do ensino secundário estejam equipadas com laboratórios, para facilitar as aulas práticas.

50 BOLSEIROS PARTEM JÁ ESTA SEMANA

Hungria concede 150 bolsas de estudo

Um total de 50 estudantes angolanos viajam esta semana para frequentar licenciatura, mestrado e doutoramento na Hungria, informou, esta segunda-feira, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (Inagbe).

Segundo Milton Chivela,

esta acção é fruto do memorando de entendimento entre os dois países, assinado em Novembro do ano passado.

No quadro do memorando, a Hungria comprometeu-se em disponibilizar 150 bolsas de estudo.

O acordo, com duração de três anos, visa a cedência de 50 bolsas de estudo por ano, sendo este o cumprimento do envio dos primeiros estudantes dentro acordo.

No âmbito do protocolo, Angola não terá qualquer custo com a formação, cabendo unicamente à Hungria os custos inerentes a formação.

Os estudantes foram seleccionados tendo em conta a idade, que varia entre os 18 aos 45 anos, e cursos prioritários que são os de engenharia, medicina, ciências da saúde, no quadro do Plano Nacional de Formação de Quadros.



Educação & Tecnologia



PREÇOS VARIAM ENTRE OS 150 E OS 400 MIL KWANZAS

Por Mateus Mateus

Custos com a monografia atrapalham licenciatura

UNIVERSIDADES. Muitos estudantes continuam sem concluir a licenciatura por dificuldades financeiras para fazer fase aos custos da monografia e aos emolumentos. Aiespa justifica os preços com os custos de se acompanhar o final do curso.

Muitos estudantes, em diferentes Instituições do Ensino Superior (IES) e em Angola, terminam a fase curricular do curso, mas não conseguem defender a monografia e obter o título de licenciado, por causa dos elevados preços praticados pelas universidades, em especial, os custos da monografia.

A monografia é o mecanismo de avaliação final do grau de licenciatura e é exigida em quase todos os cursos nas instituições de ensino superior (IES). O custo varia entre os 150 e os 400 mil kwanzas e a defesa só é permitida com a regulação da beca, que custa entre 15 e 50 mil kwanzas, o valor da outorga, que varia entre os 50 e os 150 mil kwanzas. Estes preços variam de instituição para instituição.

Gilberto Toca entra na estatística dos que não conseguem defender por falta de condições financeiras. Frequentou Engenharia Informática entre 2012 e 2016 na Universidade Técnica de Angola (Utanga) e assume “estar incapacitado de pagar 400 mil kwanzas da monografia, acrescidos de outros valores de emolumentos obrigatórios.

Ao *Valor Económico*, os estudantes acusam as IES de “não terem compromisso com a ciência”, de verem os formandos como “simples clientes” de quem “tem o ensino como negócio”. Armando Makengo, estudante de Comunicação Social no Isia, fundamenta que esta prática “tem frustrado muitos jovens, que se sentem obrigados a abandonar a formação”. E aponta como uma das razões que faz com que muitos formandos não colaborem com as instituições em que se formaram, por isso, aconselha-as a “mudar estratégias e esta visão de meros comerciantes”.

Já Ana Miranda, estudante do Instituto Superior Politécnico

“É verdade que, em alguns países da Europa ou mesmo em África, as propinas são acessíveis quando existe uma política de financiamento da parte do Estado às instituições, o que não temos.”



Metropolitano de Angola (Imetro), admite a possibilidade de haver negociação para defender a monografia e regularizar o pagamento depois, “desde que assinem um acordo para garantir o compromisso”. Apesar disso, não consegue pagar o valor da monografia, desde 2019.

“ENSINO É CARO”

A Associação dos Estudantes das Universidades Privadas de Angola (Aeupa) advoga a criação de uma lei que oriente a cobrança de emolumentos, como a solicitação de declaração, certificado, diploma, monografia, revisão de prova, etc. “Não conseguimos compreender, por exemplo, como é que uma declaração com nota, numa instituição custa 10 mil kwanzas e na outra 15 mil, a monografia 400 mil kwanzas numa e em outras 150 mil”, interroga-se Joaquim Caiombo, presidente da organização.

Enquanto o porta-voz da Associação das Instituições Superior Privadas de Angola (Aiespa) defende que a monogra-

MEMORIZE

● **O porta-voz** da aiespa afirma que o único financiamento às famílias para o ensino superior são as bolsas que o Estado ou as instituições do Estado dão aos jovens, mas alerta também que “estas bolsas, muitas vezes, chegam muito tarde ou não são pagas”. “Temos instituições do Estado que devem às instituições da Aiespa mais de 300 milhões de kwanzas em propinas desde 2013”.

fia é “cara porque exige a atenção individualizada do professor ao aluno, a acompanhar e a corrigir”. Laurindo Viagem, justifica que “nenhum professor aceita acompanhar uma monografia gratuitamente”, apesar de que as universidades poderiam criar procedimentos diferentes para avaliar na etapa final os estudantes antes da obtenção da licenciatura.

Laurindo Viagem lembra ainda que o ensino universitário, “em qualquer parte do mundo é caro para as famílias ou para o Estado”. “É verdade que, em alguns países da Europa ou mesmo em África, as propinas são acessíveis quando existe uma política de financiamento da parte do Estado às instituições, o que não temos”. O porta-voz da Aiespa afirma que o único financiamento às famílias para o ensino superior são as bolsas que o Estado ou as instituições do Estado dão aos jovens, mas alerta também que “estas bolsas, muitas vezes, chegam muito tarde ou não são pagas”. “Temos instituições do Estado que devem às instituições da Aiespa mais de 300 milhões de kwanzas em propinas desde 2013”.

IES SEM LABORATÓRIOS, NEM CONDIÇÕES

Há instituições que não têm laboratórios, mas obrigam os estudantes a pagarem por estágios curriculares. Está prática é condenada pela Aeupa: “Não se pode

90

Mil kwanzas, custo máximo de uma beca

15

Mil kwanzas, custo mínimo de uma beca

150

Mil kwanzas, custo mínimo de uma monografia nas instituições de ensino superior

400

Mil kwanzas, custo máximo de uma monografia nas instituições de ensino superior

cobrar valores, taxas ou emolumentos adicionais sendo que é uma responsabilidade curricular da instituição segundo a lei”, defende o presidente da organização Joaquim Calombo.

Laurindo Viagem, por sua vez, argumenta que o estudante tem “liberdade de escolha” e “se vê que uma universidade não oferece garantias de aprendizagem pode optar por outra, privada ou pública”. No entanto, reconhece as dificuldades das instituições em garantir estágios. Por isso, “em Maio, assinámos um acordo com a JT, um grupo que congrega mais de 500 empresas para garantir estágios aos estudantes das 30 instituições que fazem parte da Aiespa, visto que é uma preocupação de todas nossas universidades”, avança.

Por outro lado, os estudantes condenam a prática actual, em que muitos são obrigados a pagar taxas para obter estágios, mas, em alguns casos, têm de encontrar as empresas para a realização do estágio. “Deviam suspender tais cobranças e compensar os estudantes em serviços adicionais ou outros serviços já taxados e as IES, que não fornecem estágios e ainda cobram, devem ser responsabilizadas segundo a legislação”, defende Joaquim Caiombo.

O líder da associação lembra que estágio faz parte do plano curricular, por isso, não devia ter um estatuto especial, principalmente quanto à cobrança”. Deve estar incluída no leque de cobranças globais como as outras cadeiras, pois as instituições que não oferecem este serviço têm a obrigação de criar as condições necessárias, adaptando-se à realidade para fornecer este serviço tão importante aos estudantes”, reforça.

O líder associativo propõe que se fiscalize e se acompanhem os fundamentos que fazem subir os preços dos emolumentos. “Há instituições em que a segunda via do diploma está acima dos 50 mil kwanzas”, afirma, criticando a prática que “prejudica os estudantes”.

Joaquim Caiombo garante que a sua organização dialoga continuamente com as instituições e conclui que “não existe uma legislação clara e reguladora” e que isso “facilita as instituições e dá pouco fundamento aos órgãos ministeriais para sancionar o aumento de emolumentos”.

NÚMEROS DA SEMANA

18

Milhões de euros, foram aprovados pelo Presidente da República como créditos adicionais para o funcionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Tribunal Supremo.

63,4

Milhões USD, despesas aprovadas pelo PR para a aquisição 15 milhões de cartões e respectivos consumíveis para dar resposta às necessidades dos cidadãos que não têm bilhetes.

5

Milhões de euros orçamento autorizado para a conclusão da reabilitação, fiscalização e apetrechamento do edifício do antigo Ministério do Planeamento.

77

Milhões de dólares custo do Polo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, inaugurado pelo Presidente da República.



NOVO CA Mexidas na direcção do CFB

O Presidente João Lourenço indicou, em despacho tornado público nesta terça-feira, António Manuel Cabral para ocupar-se da presidência do conselho de administração do Caminho-de-Ferro de Benguela, em substituição de Luís Lopes Teixeira.

Foram também nomeados, no mesmo despacho presidencial, Ottoniel Mauro de Almeida Manuel e Mucheta Gabriel Apólo Lukombo, para os cargos de administradores executivos, ao passo que Nelson de Jesus Martins e Cristiano de Almeida são os novos administradores não-executivos do CFB.

Segundo uma nota da Casa Civil do Presidente, com Luís Teixeira perderam também os cargos como administradores executivos Edson Cláudio Lopes e Eduardo Elias Kiamavu Seno, bem como Cristiano de Almeida apeado da administração não-executiva.

O instrutivo do PR delega ao ministro dos Transportes Ricardo D'Abreu a conferir posse aos novos responsáveis do mais importante caminho de ferro do país.

NECESSIDADE DE EVITAR BAIXO NÍVEL DE EXECUÇÃO

Vera Daves justifica despesas fora do OGE

DESPESA. Depois de cerca de 3 mil milhões de dólares aprovados no primeiro semestre, João Lourenço aprova mais 270 milhões só em Julho.

Por Redacção

A ministra das Finanças, Vera Daves, justificou o constante recurso, por parte do Presidente da República, à prerrogativa de aprovar despesas não inscritas no Orçamento Geral do Estado com o objectivo de evitar baixo nível de execução do orçamento.

A Lei do OGE permite ao Presidente da República “inscrever novos projectos do Programa de Investimentos Públicos de significativa importância para o alcance

dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, com fonte de financiamento assegurada, e por contrapartida de projectos de baixa ou nula execução”. O documento não impõe limites e o Presidente João Lourenço tem estado a beneficiar desta ‘brecha’ com alguma regularidade.

Só em Julho, por exemplo, o Presidente aprovou 270 milhões de dólares em projectos emergenciais ou créditos adicionais, depois de já ter aprovado cerca de 3 mil milhões até ao primeiro semestre, de acordo com cálculos do Valor Económico.

Entre os projectos aprovados destacam-se, por exemplo, o da empreitada para a construção

e apetrechamento do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto.

Na semana passada, em entrevista ao ‘Novo Jornal’, Vera Daves, salientou que “não é nada ilegal, não é nada com pouco rigor, visto que a alternativa seria colocar tudo no OGE e logo com um grande défice. Depois os financiamentos não viam e, no final do dia, o OGE teria uma execução de 30% ou 40%, e frustrava as expectativas de quem pós lá os projectos”.

Além dos não inscritos, há também registos de projectos cujos valores aprovados pelo Presidente da República são superiores aos inscritos no Orçamento Geral do Estado.

